

PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO DO
TRT5

SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

SALVADOR, BA
OUTUBRO/2015

INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Sumário

A) APRESENTAÇÃO	3
I. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	3
II. AMPARO LEGAL	4
III. PANORAMA NACIONAL	5
B) OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA O PEI DO TRT5 2015/2020	6
I. ANÁLISE DO INDICADORES DO TRT5 - RAE	7
1. ÍNDICE DE ALCANCE DE METAS - IAM	7
2. ÍNDICE DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - IRS	8
3. TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO - 2ª INSTÂNCIA (TMDP2)	11
4. TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO - 1ª INSTÂNCIA – FASE DE CONHECIMENTO (TMDP1C)	12
5. ÍNDICE DE PROCESSOS JULGADOS - IPJ	13
6. ÍNDICE DE PROCESSOS ANTIGOS - IPA	14
7. ÍNDICE DE AÇÕES COLETIVAS JULGADAS - IACJ	15
8. ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO NA FASE DE CONHECIMENTO – ICONc	17
9. ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO NA FASE DE EXECUÇÃO – ICONe	19
10. ÍNDICE DE EXECUÇÃO – IE	20
11. ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE PROCESSOS DE MAIORES LITIGANTES - ICP	21
12. ÍNDICE DE GOVERNANÇA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – IGovGE	22
13. ÍNDICE DE GOVERNANÇA – IGOV	23
14. ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL (IEPCI) ²⁴	
15. ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO (IA)	25
16. ÍNDICE DE PREVENÇÃO DE SAÚDE (IPSAÚDE)	26
17. ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA (IQV)	27
18. ÍNDICE DE GOVERNANÇA DA GESTÃO DE PESSOAS (iGovPESSOAS)	28
19. ÍNDICE DE GOVERNANÇA DA INFRAESTRUTURA (iGovINFRA)	29
20. ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (IEPETIC)	30
21. ÍNDICE DE GOVERNANÇA EM TIC (iGovTIC)	31
22. ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DISPONIBILIZADO (IEOD)	32
23. ÍNDICE DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL (IEO)	33
ANEXOS	40
MAPA DE JURISDIÇÃO DO TRT5	41
I. DADOS GERAIS DA JURISDIÇÃO ATUAL:	43
GRÁFICOS - EVOLUÇÃO DAS METAS 2014	47
MENSAGENS DE CUMPRIMENTO DE METAS GERAIS PARA 2014	54

A) APRESENTAÇÃO

I. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Processo gerencial, contínuo e dinâmico, que envolve toda estrutura organizacional, tendo em vista o planejamento do futuro mediante ações estabelecidas no presente. Nesse processo, é promovida a análise dos ambientes externo e interno da instituição a fim de estabelecer as diretrizes estratégicas, quais sejam, missão, valores, visão, objetivos, metas e indicadores, elementos esses que nortearão as iniciativas a serem trabalhadas nos próximos anos de vigência do plano estratégico.

Para compreendermos onde chegamos com o desenvolvimento do planejamento estratégico ao longo dos últimos 5 anos, é necessário realizar o que chamamos de diagnóstico organizacional, identificar as variáveis que influenciaram os resultados da instituição, ou seja, analisar o ambiente organizacional. Esta foi a primeira etapa de construção do Plano Estratégico para 2015/2020, que corresponde aos marcos estratégicos para os próximos anos, conforme art. 4º da Resolução nº 198/2014/CNJ. A análise de ambiente, como acima citado, é o processo de identificação de Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (em inglês SWOT).

O diagnóstico situacional do TRT da 5ª Região foi realizado a partir de levantamento realizado no período de 30 de outubro até 28 de novembro de 2014, com a participação de todos os gestores ampliados definidos na Rede de Governança Colaborativa, ATO TRT5 Nº 489/2014, das unidades de 1ª e 2ª instâncias. As respostas foram consolidadas numa matriz SWOT, utilizando as ferramentas de gestão.

Essa matriz, produto final da compilação das respostas, foi validada por ocasião da Oficina de Gestão Estratégica, com a participação das pessoas que compõem a alta administração do Regional, magistrados de 1ª e 2ª instâncias, conforme cronograma do Plano de Revisão e Desdobramento do Planejamento Estratégico do TRT5.

II. AMPARO LEGAL

O Conselho Nacional de Justiça - CNJ, considerando a necessidade de revisar o plano estratégico estabelecido pela Resolução CNJ no 70 / 2009, dispôs sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica do Poder Judiciário por meio da Resolução CNJ no 198, de 1º de julho de 2014, a qual estabelece a obrigatoriedade da elaboração do Plano Estratégico, abrangendo um período mínimo de 6 anos, alinhado à Estratégia do Judiciário 2020 e aprovado pelo Órgão Plenário ou Especial.

Em novembro de 2013, no VII Encontro Nacional do Judiciário, foram aprovados os objetivos/macrodesejos do Plano Estratégico do Judiciário para o período de 2015 - 2020.

Aprovado pela Resolução Administrativa número 80/2014 do TRT5, o Plano Estratégico Institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - PEI tem vigência até 31 de dezembro de 2020.

III. PANORAMA NACIONAL

Como abordado no tópico anterior, o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região atende a todos os 417 municípios do estado da Bahia com uma população de 15.044.137 (dados Estimativa 2013 IBGE), sendo a unidade federativa do Brasil com a **4º (quarta) maior população**. Corrobora-se a isso, além da sua **grande extensão territorial, 5º (quinto) do país**, o fato de possuir o **maior PIB de toda região Norte/Nordeste do Brasil e 8º (oitavo) nacional**, conforme dados estatísticos destacados abaixo do IBGE. Esses dados expressam por si mesmo a necessidade de uma realização de um planejamento seguro, que contemple as características peculiares da região, bem como a necessidade de realização de projeções com séries históricas.

Região	População (2013)
São Paulo	43.663.669
Minas Gerais	20.593.356
Rio de Janeiro	16.369.179
Bahia	15.044.137
Rio Grande do Sul	11.164.043
Paraná	10.997.465
Pernambuco	9.208.550
Ceará	8.778.576
Pará	7.999.729
Maranhão	6.794.301
Santa Catarina	6.634.254
Goiás	6.434.048
Paraíba	3.914.421
Espírito Santo	3.839.366
Amazonas	3.807.921
Rio Grande do Norte	3.373.959
Alagoas	3.300.935
Piauí	3.184.166
MatoGrosso	3.182.113
Distrito Federal	2.789.761
MatoGrosso do Sul	2.587.269
Sergipe	2.195.662
Rondônia	1.728.214
Tocantins	1.478.164
Acre	776.463
Amapá	734.996
Roraima	488.072
Total	201.062.789

Tabela 1

Região	PIB 2011
São Paulo	1.349.465.140,04
Rio de Janeiro	462.376.208,41
Minas Gerais	386.155.622,31
Rio Grande do Sul	263.633.397,84
Paraná	239.366.010,49
Santa Catarina	169.049.529,68
Distrito Federal	164.482.128,97
Bahia	159.868.615,15
Goiás	111.268.552,97
Pernambuco	104.393.980,37
Espírito Santo	97.693.458,23
Pará	88.370.609,61
Ceará	87.982.450,26
MatoGrosso	71.417.805,28
Amazonas	64.555.403,73
Maranhão	52.187.203,94
MatoGrosso do Sul	49.242.254,33
Rio Grande do Norte	36.103.201,64
Paraíba	35.443.831,52
Alagoas	28.540.303,89
Rondônia	27.839.144,15
Sergipe	26.198.908,34
Piauí	24.606.833,12
Tocantins	18.059.158,88
Amapá	8.968.031,82
Acre	8.794.361,64
Roraima	6.951.189,97
Total	R\$ 4.143.013.336,58

Tabela 2

B) OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA O PEI DO TRT5 2015/2020

Perspectiva	Macrodesafio/Alinhamento	ObjetivoEstratégicoProposto
Sociedade	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania;
	Garantia dos direitos da cidadania	
Processos Internos	Estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito	- Ampliar as formas de conciliação e soluções alternativas de conflito;
	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	- Aumentar a eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional;
	Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais	- Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais;
	Fortalecer os processos de governança e combate à corrupção	- Maximizar os resultados da governança administrativa e judiciária;
		- Melhorar a comunicação interna e externa;
Gerir as demandas repetitivas e os grandes litigantes	- Ampliar a gestão de demandas repetitivas e de grandes litigantes	
Recursos	Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida	- Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas; - Efetivar a gestão por competências;
	Aperfeiçoar a gestão de custos	- Gerir o orçamento de forma eficiente e eficaz;
	Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC	- Prover o Regional de infraestrutura física adequada;
- Maximizar os resultados da governança de TIC.		

I. ANÁLISE DO INDICADORES DO TRT5 - RAE

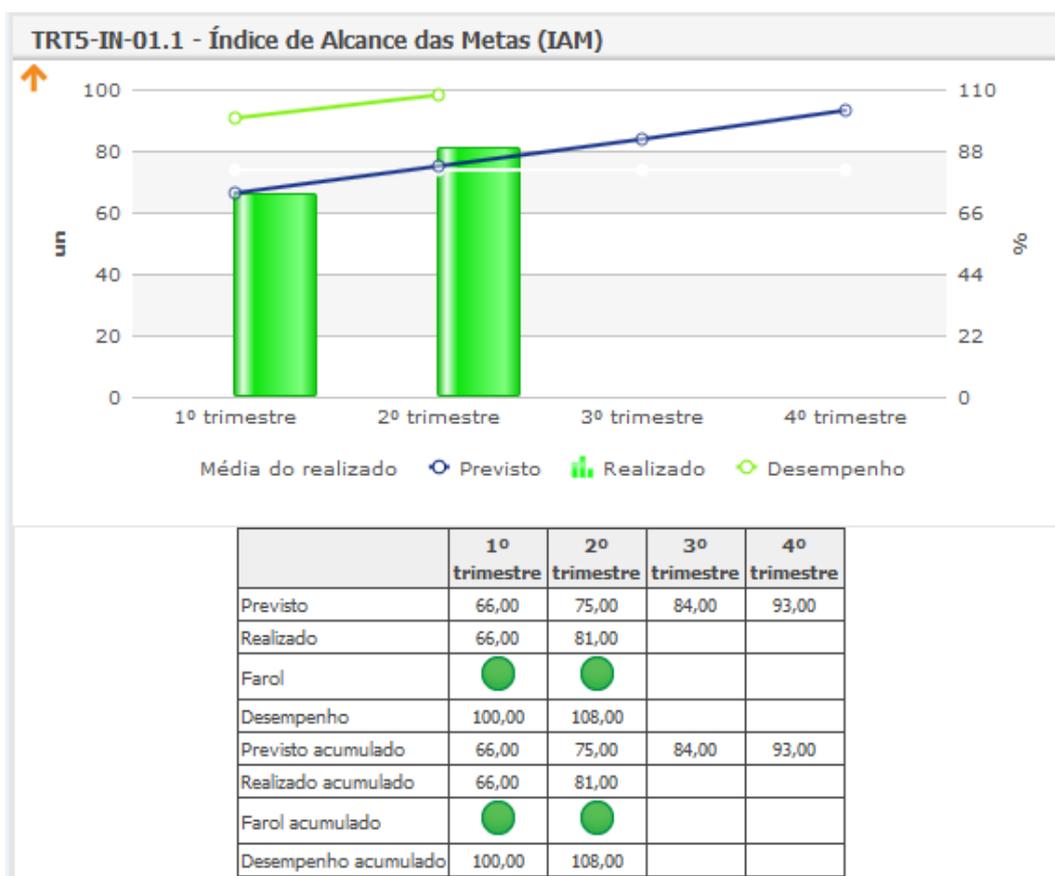
1. ÍNDICE DE ALCANCE DE METAS - IAM

Mede o desempenho geral das metas estabelecidas no planejamento estratégico em vigência. Visa identificar o cumprimento do plano estratégico dentro da faixa esperada, minimizando as distorções que antigamente eram percebidas quando uma meta obtinha um alto grau de desempenho, por exemplo, em 99% e não era considerada como cumprida. Foi o que ocorreu em 2014 em duas metas nacionais para o TRT5.

Logo esse indicador representa a visão geral da execução do plano estratégico, pois pondera com pesos 1, 2 e 3 cada meta pela sua importância e complexidade.

No Planejamento Estratégico Institucional - PEI do TRT5 a nota máxima é de 117 pontos e o desejável no final de cada exercício é atingir, pelo menos, 93 pontos. Sua periodicidade é trimestral e teve como grau de cumprimento 100,00% e 105,63% para o primeiro e segundo trimestre, respectivamente, conforme gráfico abaixo, o que representa que o plano estratégico está sendo executado de acordo com o previsto.

O IAM mede o objetivo estratégico Assegurar a Efetividade da Prestação Jurisdicional e Garantir os Direitos da Cidadania do PEI, macrodesafios para 2015/2020 do Poder Judiciário.



2. ÍNDICE DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - IRS

Mede a quantidade de pessoas beneficiadas com os projetos socioambientais e outras ações voltadas para promoção da cidadania e do bem-estar. Esse indicador tem como meta manter o patamar superior a 39.000 pessoas beneficiadas pelas ações socioambientais, até 2020, sendo de, pelo menos, 4.000 pessoas em 2015.

É um indicador que é medido mensalmente.

A meta estabelecida para o ano corrente foi de, pelo menos, 4.000 pessoas beneficiadas, sendo que, até o mês de agosto/2015, já contamos com mais de 6.000.

Diante desse desempenho, sugere-se redimensionar as metas anteriormente traçadas, dobrando-as, em razão da capacidade do TRT5 suplantá-las com facilidade, como pode ser percebido no gráfico, mesmo com o baixo desempenho apresentado nos meses de julho e agosto.

O IRS mede o objetivo estratégico: Assegurar a Efetividade da Prestação Jurisdicional e Garantir os Direitos da Cidadania do PEI.

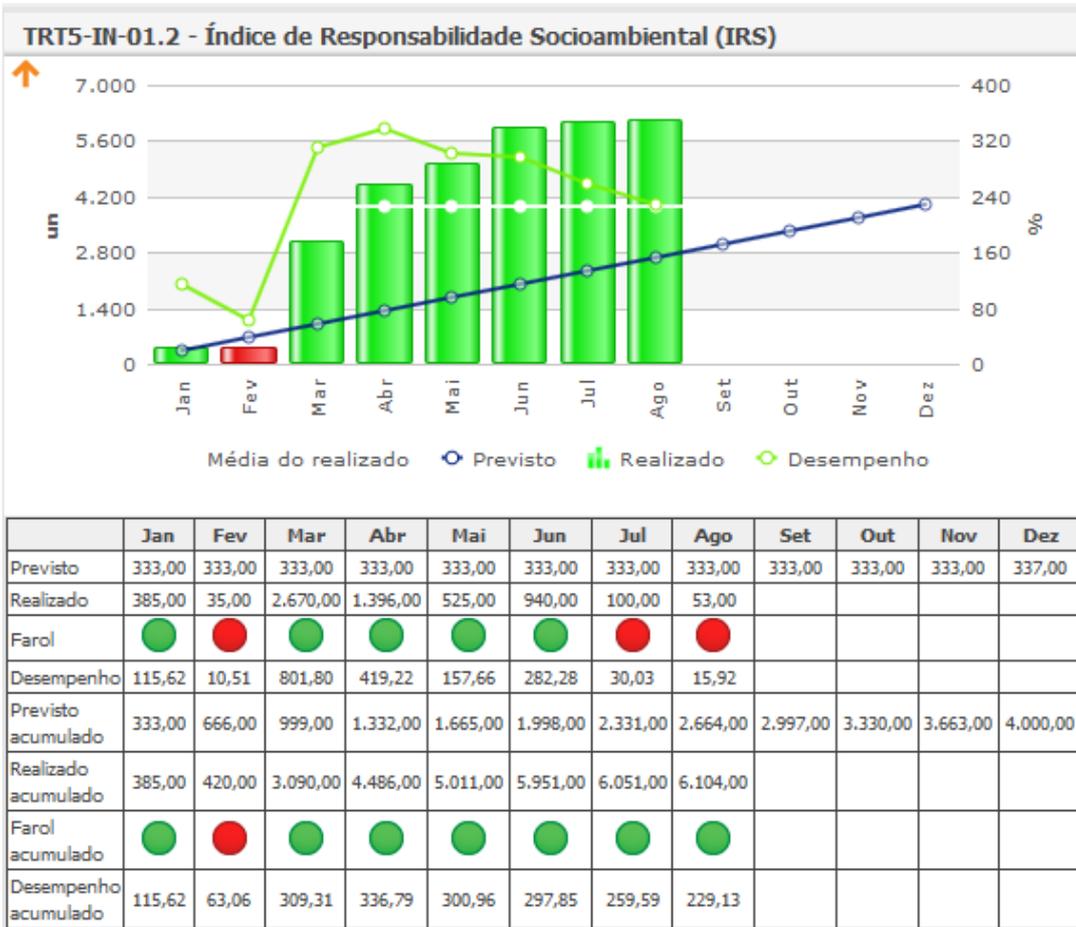


Gráfico do indicador acumulado de janeiro a dezembro/2015

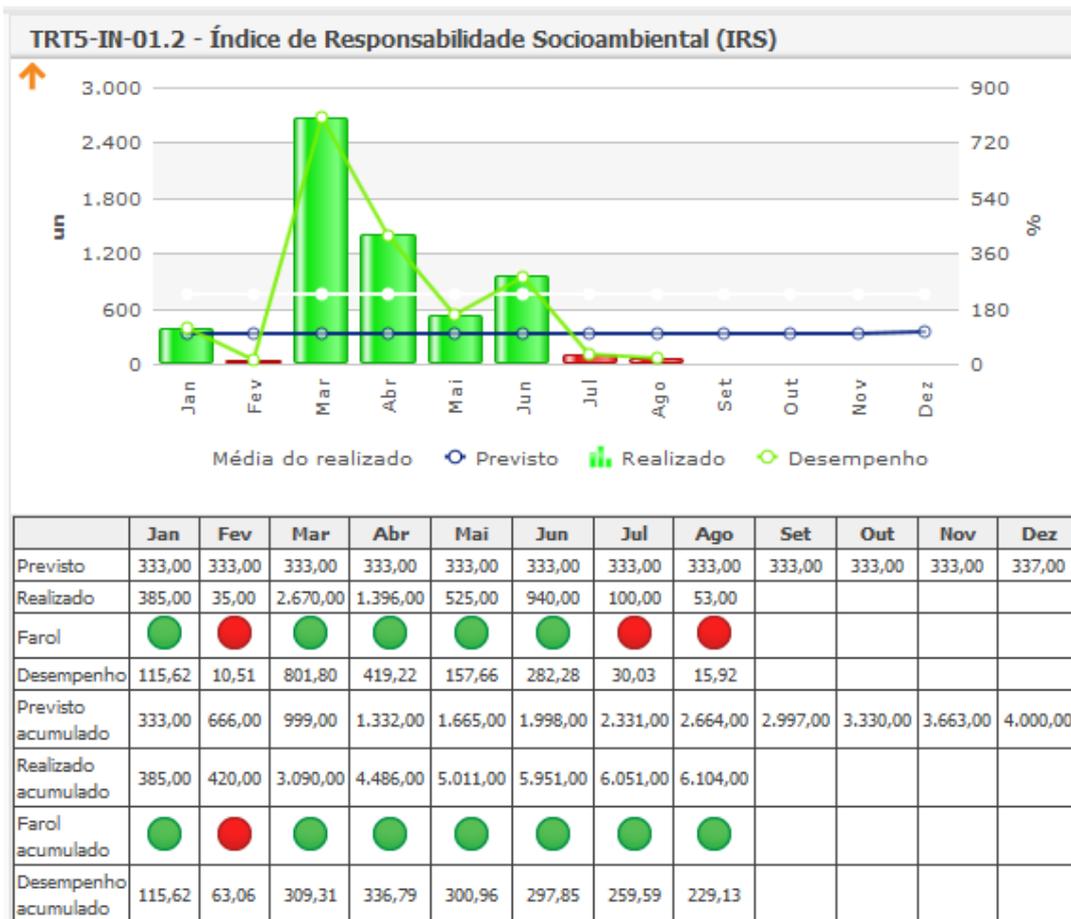


Gráfico do indicador medido mensalmente de janeiro a dezembro/2015

3. TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO - 2ª INSTÂNCIA (TMDP2)

Mede o prazo médio transcorrido entre o ajuizamento do processo no Tribunal e a sua baixa. O Indicador tem como meta reduzir em 10%, em relação a 2014, o prazo médio de duração do processo na 2ª instância até 2020. Para 2015, o alvo é atingir 220,84 dias.

É medido mensalmente e, em agosto/2015, tivemos um desempenho acumulado de 94,26% da meta. Tomando-se como análise o referido mês, falta reduzirmos o tempo de tramitação em 29,91 dias até dezembro desse ano. Percebemos que esse indicador é afetado diretamente com o sobrestamento de processos em razão da uniformização de jurisprudência. São mais de 2100 recursos sobrestados até o presente momento.

O TMDP2 mede o objetivo estratégico: Aumentar a eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional do PEI.

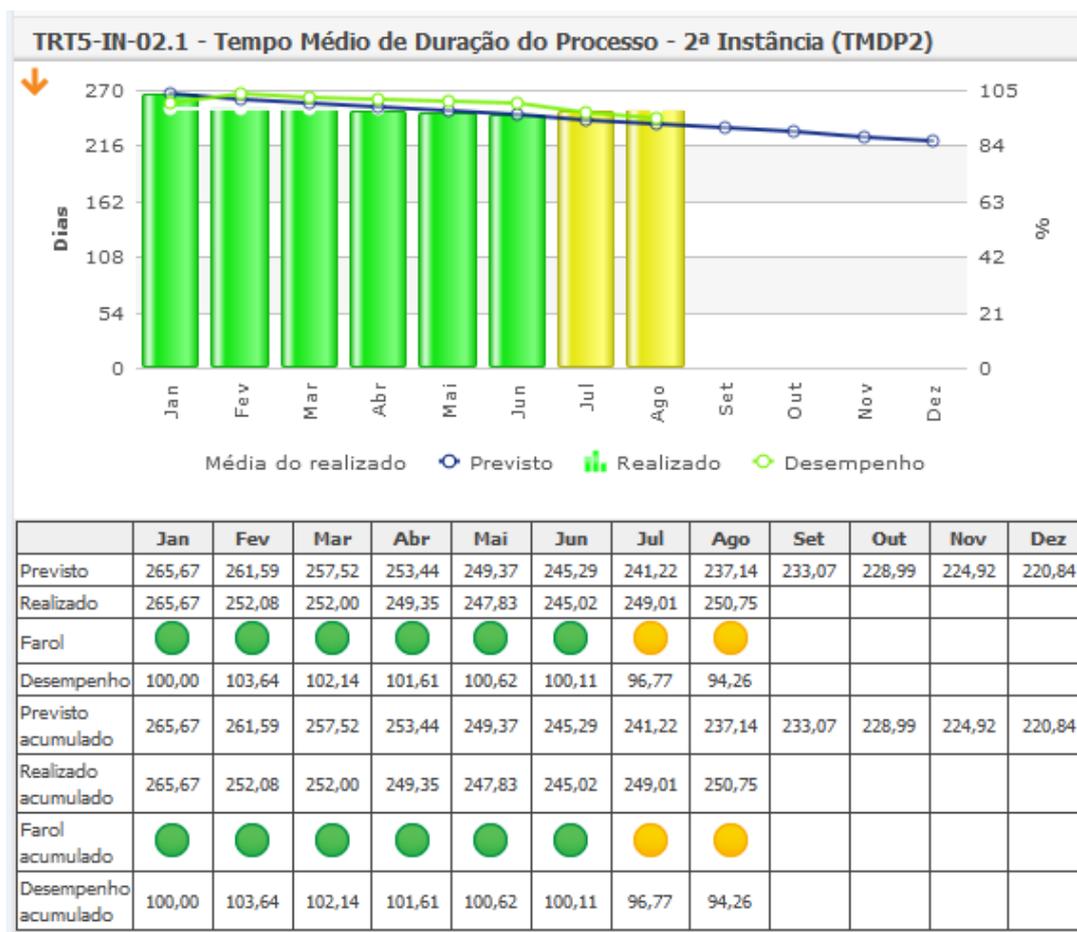


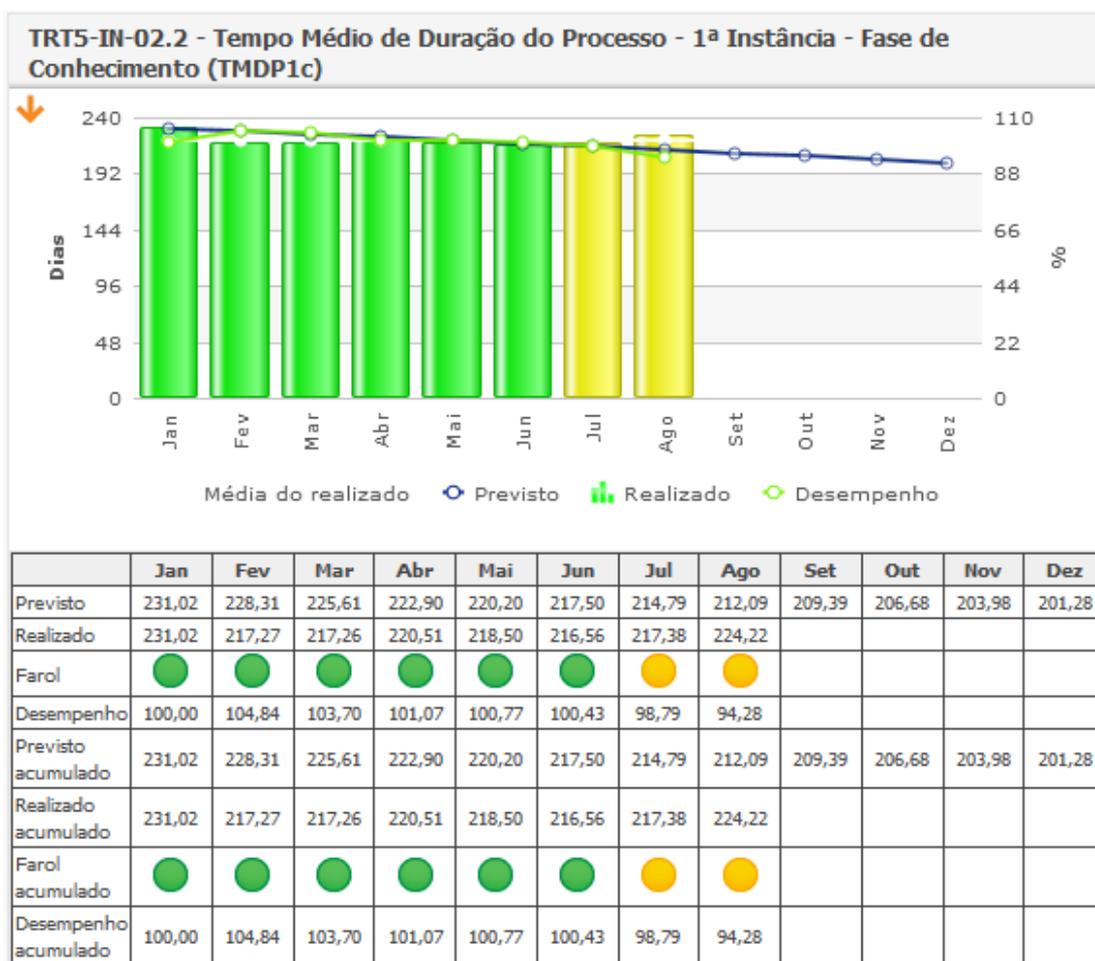
Gráfico do indicador acumulado de janeiro a dezembro/2015

4. TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DO PROCESSO - 1ª INSTÂNCIA – FASE DE CONHECIMENTO (TMDP1C)

Mede o prazo médio transcorrido entre o ajuizamento da ação na Vara do Trabalho e a prolação da sentença. O indicador tem como meta reduzir em 5% o prazo médio de duração do processo na 1ª instância, fase de conhecimento, em relação ao ano-base 2014, até 2020.

Para o ano de 2015, estabeleceu-se que a meta seria manter a média de 2014, ou seja, manter os 201,28 dias. É um indicador de periodicidade mensal e que cumpriu a meta nos meses de janeiro a junho. No mês de agosto, o desempenho foi de 94,28% da meta a ser cumprida. Isso indica que devemos reduzir o tempo médio em 23 dias até dezembro. Analisando o gráfico, podemos também observar que em agosto o tempo realizado em cima do previsto aumentou bastante.

O TMDP1c mede o objetivo estratégico: Aumentar a eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional do PEI.

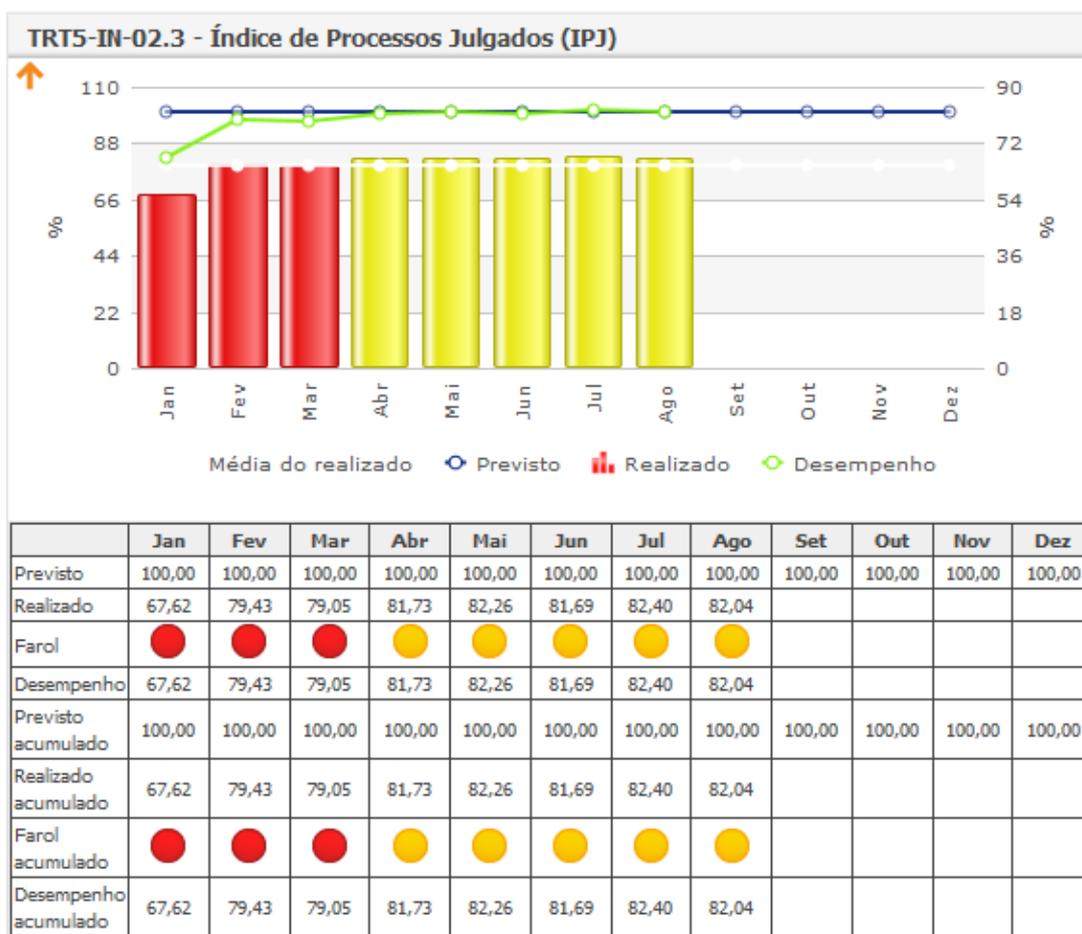


5. ÍNDICE DE PROCESSOS JULGADOS - IPJ

Mede o percentual de efetividade da entrega da prestação jurisdicional, levando-se em consideração os casos novos do atual exercício que ingressaram em relação aos processos solucionados no ano.

O indicador tem como meta julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, visando baixar saldo pendente. Segundo o relatório do Justiça em Números 2015, houve um aumento de 6,8% em relação a 2013 do número de processos julgados, somadas as 1ª e 2ª instâncias. Trata-se de um indicador com periodicidade mensal, sendo que no mês de agosto do ano corrente, atingimos um desempenho de 82,04% da meta prevista. Vale ressaltar, que existe uma projeção de chegarmos a dezembro com o percentual de 91,86% da meta.

O IPJ mede o objetivo estratégico: Aumentar a eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.

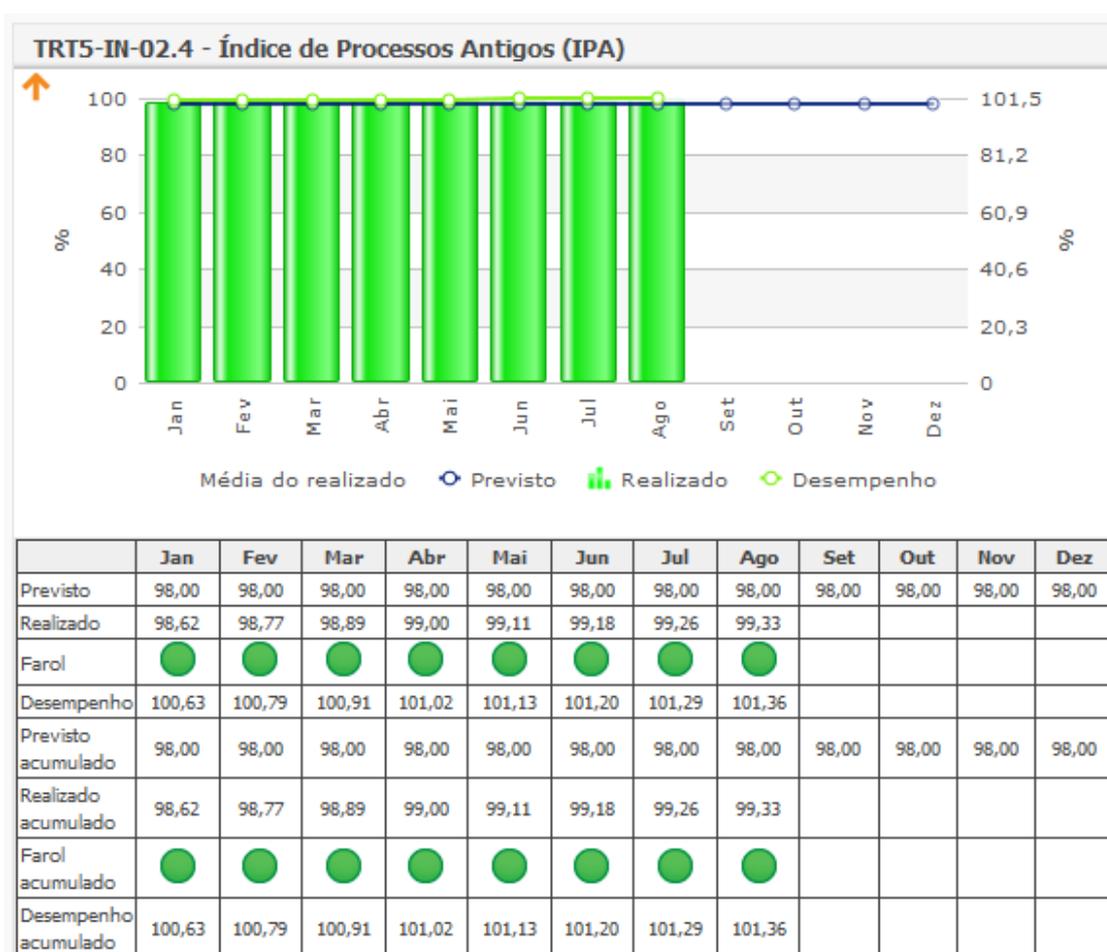


6. ÍNDICE DE PROCESSOS ANTIGOS - IPA

Mede o percentual da efetividade da entrega da prestação jurisdicional, levando-se em consideração os casos novos que ingressaram em relação aos processos solucionados, por ano de ajuizamento.

Tem como meta manter o Índice de IPA, por ano de ajuizamento, em pelo menos 98% (exceto do ano anterior). Trata-se de um indicador com periodicidade mensal, que no mês de agosto apresentou um desempenho acumulado de 101,36%, considerando 1ª e 2ª instâncias.

O IPA mede o objetivo estratégico: Aumentar a Eficiência Operacional quanto à Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.

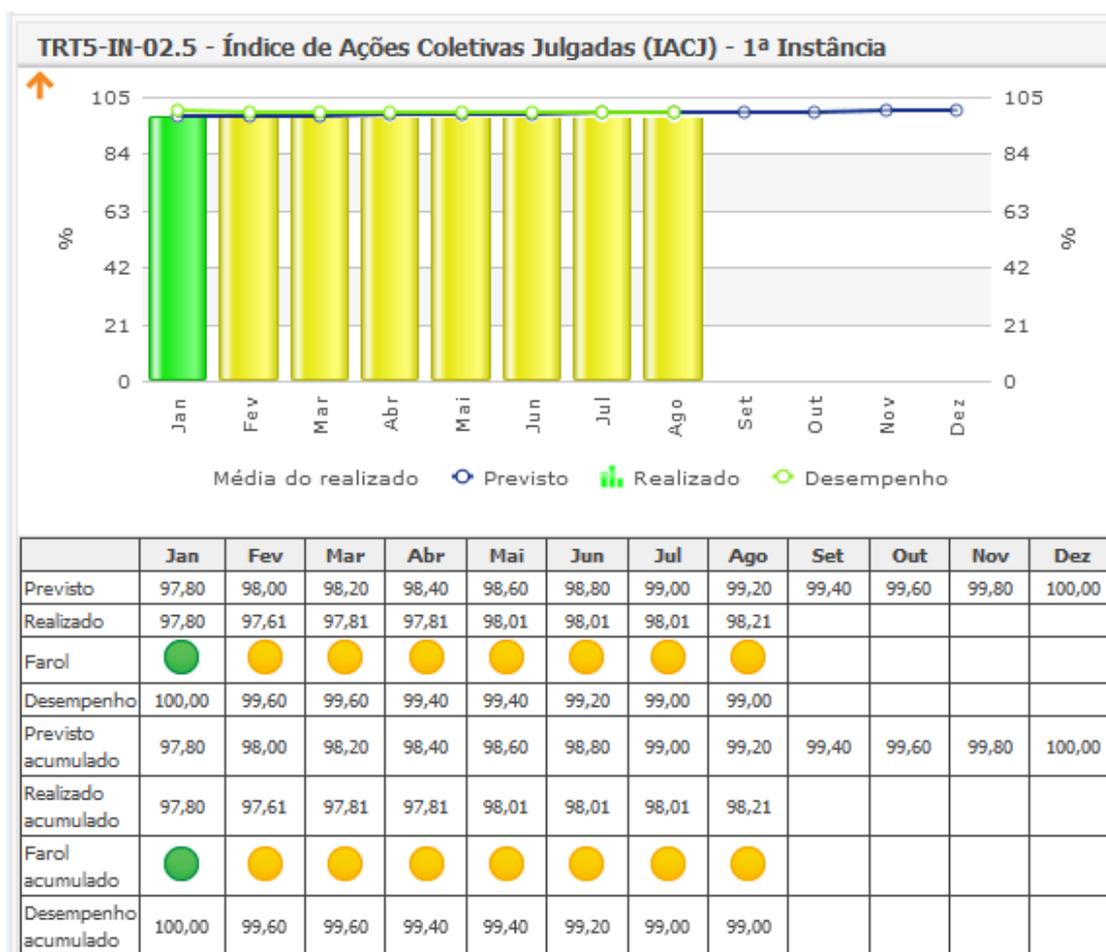


7. ÍNDICE DE AÇÕES COLETIVAS JULGADAS - IACJ

Mede o percentual da efetividade da entrega da prestação jurisdicional, levando-se em consideração os casos novos que ingressaram em relação aos processos solucionados. Tem como meta identificar e julgar, até o final do exercício, as ações coletivas distribuídas até o ano de 2012 no 1º grau e até 2013 no 2º grau.

Trata-se de um indicador com periodicidade mensal, que teve seu desempenho acumulado em agosto/2015 de 99% para 1ª instância e 42,80% para 2ª instância. A projeção aponta um grau de cumprimento de 91,14% da meta, considerando-se as duas instâncias.

O IACJ mede o objetivo estratégico: Aumentar a eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional do PEI.



TRT5-IN-02.5 - Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - 2ª Instância



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	32,26	38,42	44,58	50,73	56,89	63,05	69,21	75,37	81,53	87,68	93,84	100,00
Realizado	32,26	32,26	32,26	32,26	32,26	32,26	32,26	32,26				
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●				
Desempenho	100,00	83,97	72,36	63,59	56,71	51,17	46,61	42,80				
Previsto acumulado	32,26	38,42	44,58	50,73	56,89	63,05	69,21	75,37	81,53	87,68	93,84	100,00
Realizado acumulado	32,26	32,26	32,26	32,26	32,26	32,26	32,26	32,26				
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●				
Desempenho acumulado	100,00	83,97	72,36	63,59	56,71	51,17	46,61	42,80				

8. ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO NA FASE DE CONHECIMENTO – ICONc

Mede o percentual de processos trabalhistas solucionados na fase de conhecimento por meio de conciliação, levando-se em consideração o total de processos julgados no período.

Tem como meta aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação ao biênio 2013/2014, em 10%, até 2020. Para 2015, a meta é aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação ao biênio 2013/2014, em 1%. Isto significa que até dezembro de 2015, temos que atingir o percentual de 31,34%. O indicador tem periodicidade mensal e teve o seu índice de cumprimento de meta em 106,05% em agosto do ano corrente, ou seja, 6,05% acima do previsto.

O ICONc mede o objetivo estratégico: Ampliar as formas de conciliação e soluções alternativas de conflito do PEI.

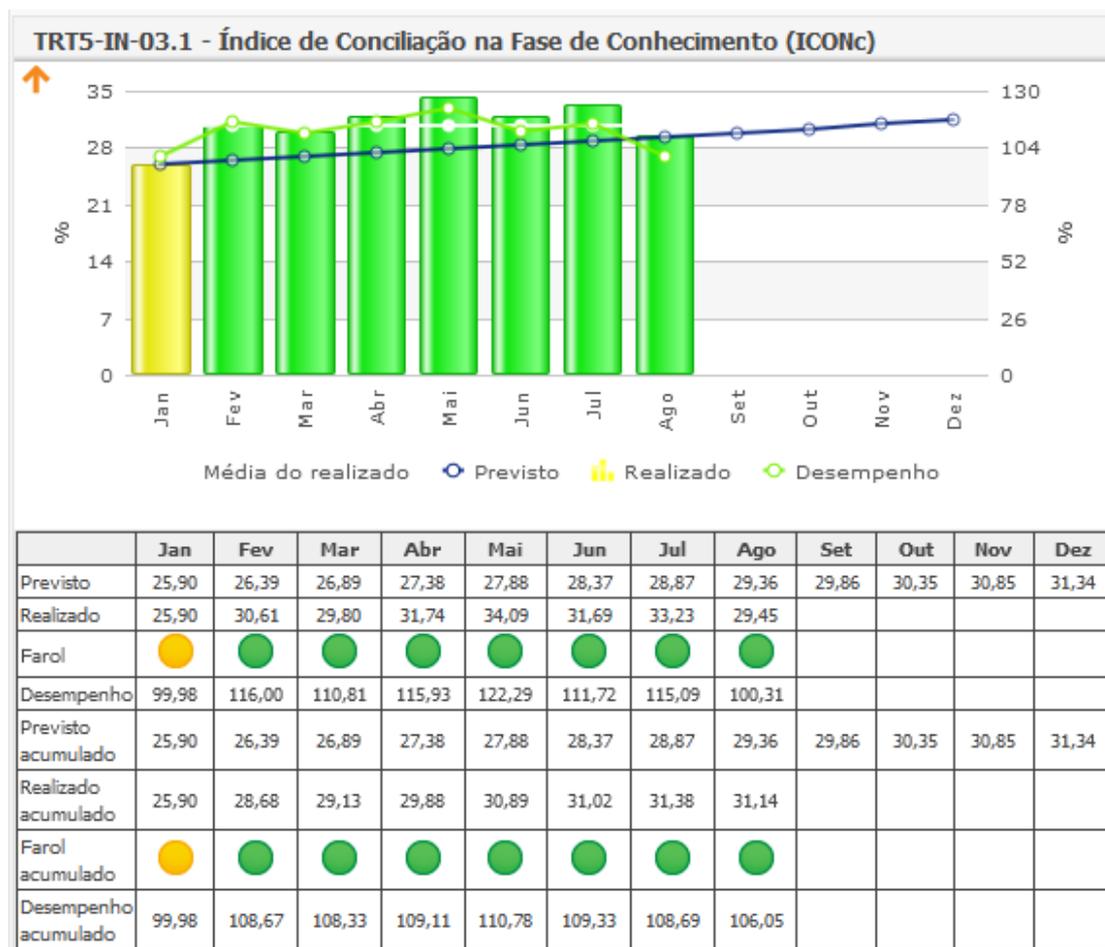


Gráfico do indicador acumulado de janeiro a dezembro/2015

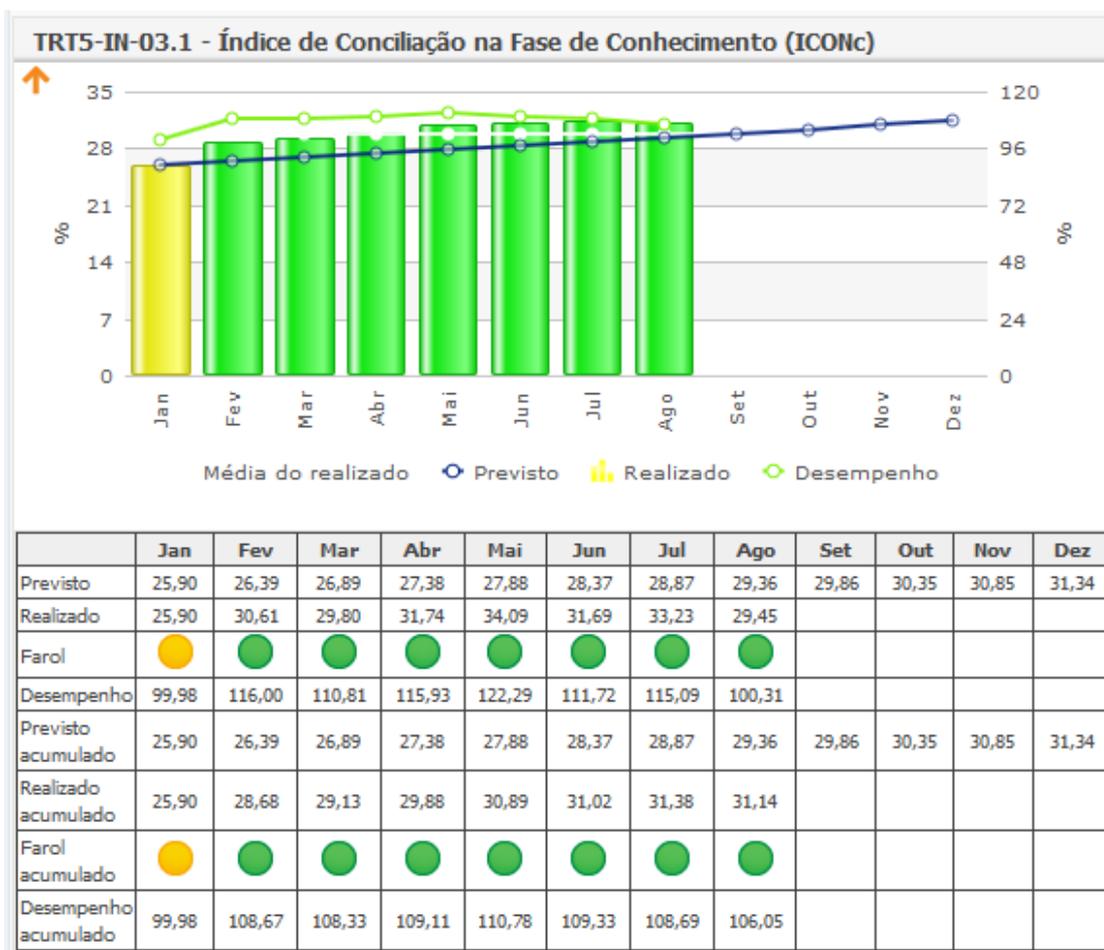


Gráfico do indicador medido mensalmente de janeiro a dezembro/2015

9. ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO NA FASE DE EXECUÇÃO – ICONe

Mede o percentual de execuções trabalhistas conciliadas, levando-se em consideração o total de execuções iniciadas no período. Tem como meta aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Execução, em relação ao ano de 2013, em 10%, até 2020. Para 2015, a meta é aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Execução, em relação ao ano de 2013, em 5%, ou seja, atingir o percentual de 11,24%. O indicador tem periodicidade mensal e em agosto apresentou um desempenho de 91,97%.

Salienta-se que, no período de 21 a 25 de setembro desse ano, houve a semana nacional de execução trabalhista. Os dados demonstram que a semana apresentou melhores resultados em comparação ao ano de 2014, na 1ª instância, 33,05% das audiências realizadas foram conciliadas (26,99% em 2014), somando R\$10.403.452,00 e 2.158 pessoas atendidas. Já na 2ª instância, 45% das audiências realizadas foram conciliadas (apenas 20,86% em 2014), somando R\$259.425,00 e 20 pessoas atendidas. Quanto aos leilões, foram realizados 3 leilões, 319 bens foram oferecidos e arrecadados R\$677.349,00.

O ICONe mede o objetivo estratégico: Ampliar as formas de conciliação e soluções alternativas de conflito do PEI.

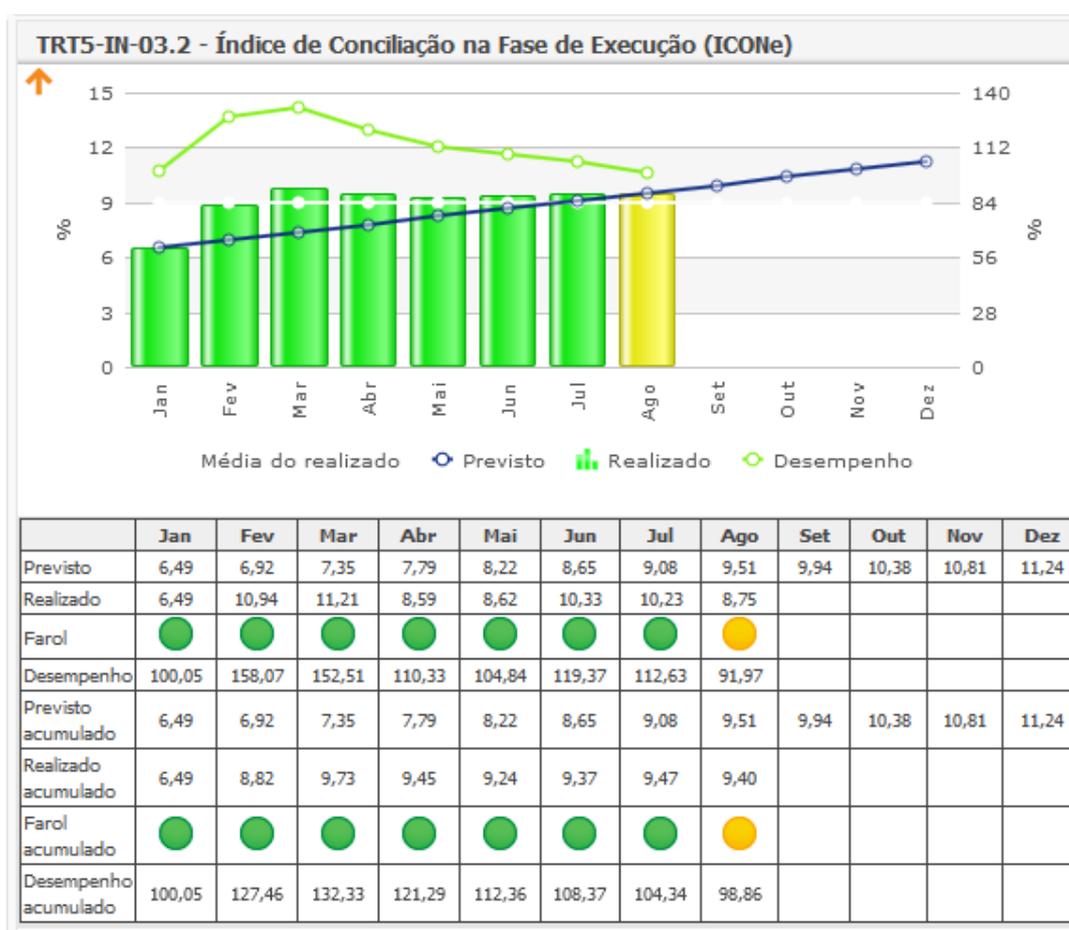


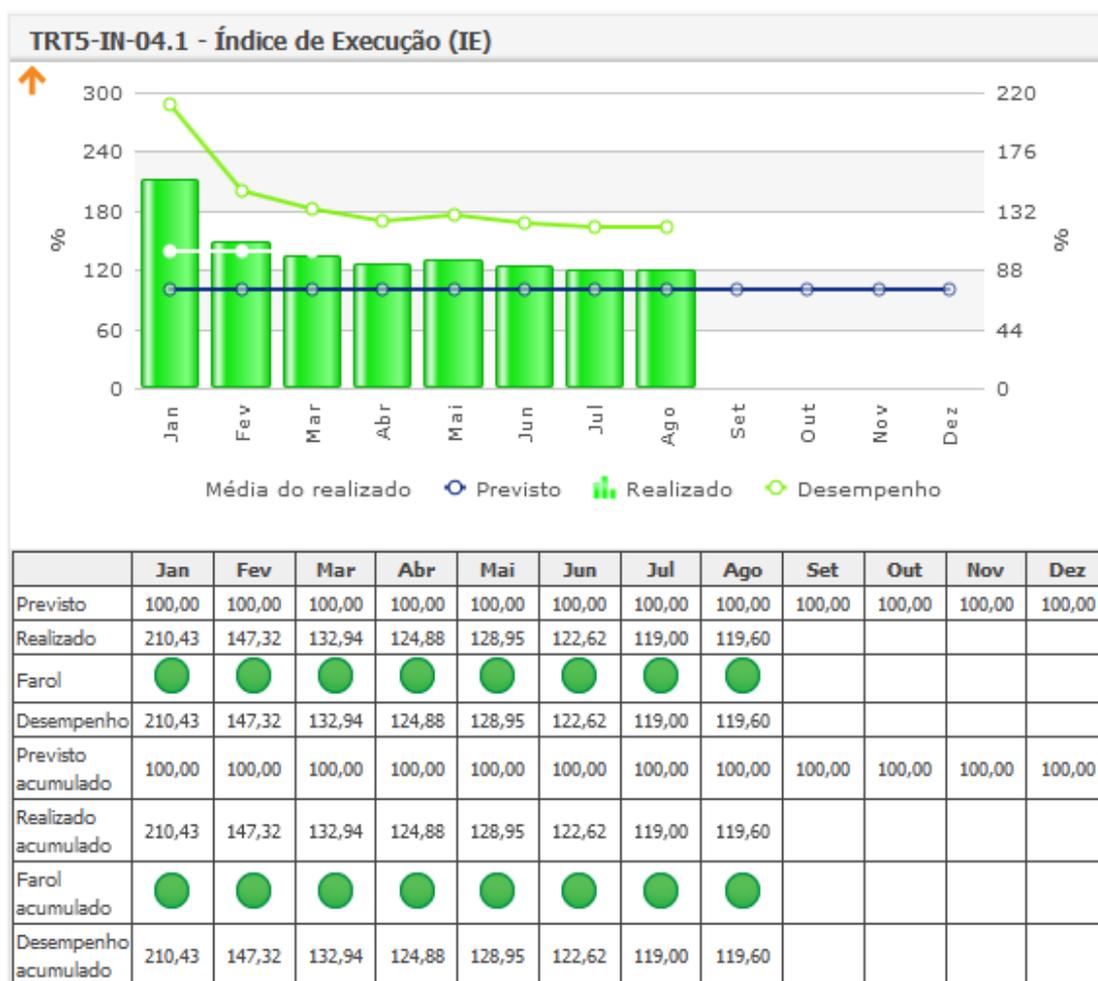
Gráfico do indicador acumulado de janeiro a dezembro/2015

10. ÍNDICE DE EXECUÇÃO – IE

Mede o percentual de efetividade na fase de execução, levando-se em consideração a quantidade de execuções iniciadas em relação às execuções baixadas. A meta é baixar mais processos que as execuções iniciadas no período.

O indicador tem periodicidade mensal e o desempenho em agosto foi de 119,60%. Importante salientar, que os dados positivos da Semana de Execução ocorrida em setembro ainda não foram computados.

O IE mede o objetivo estratégico: Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais do PEI.

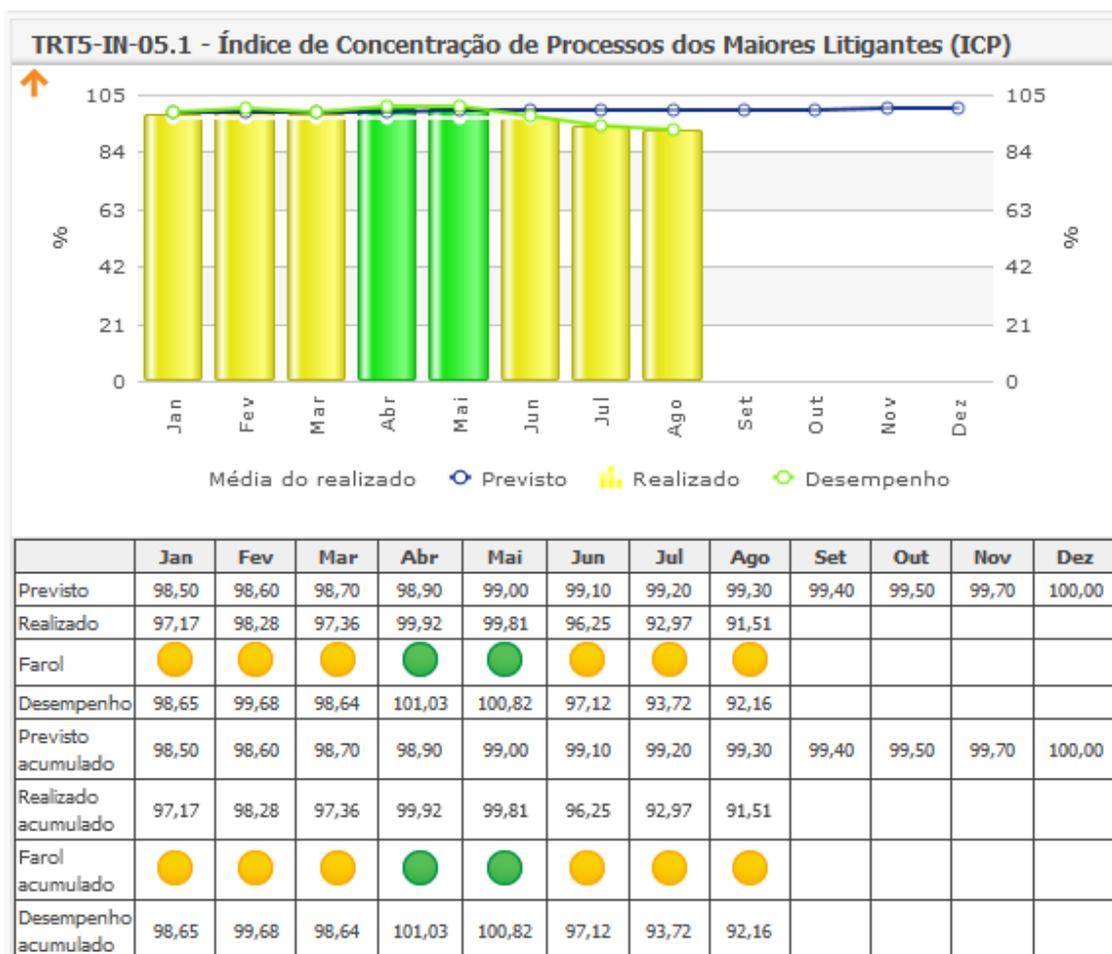


11. ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO DE PROCESSOS DE MAIORES LITIGANTES - ICP

Mede o prazo médio transcorrido entre o ajuizamento do processo no TRT5 e a sua baixa.

A meta é reduzir o Índice de Concentração de Processos dos Maiores Litigantes em 10% até 2020. A periodicidade do indicador é mensal e, em agosto/2015, o desempenho foi de 92,16% da meta. A projeção realizada pela Secretaria de Gestão Estratégica indica um cumprimento de 90,44% em dezembro/2015 do que foi estabelecido, considerando o 1º e 2º graus.

O IE mede o objetivo estratégico: Ampliar a gestão de demandas repetitivas e de grandes litigantes do PEI.



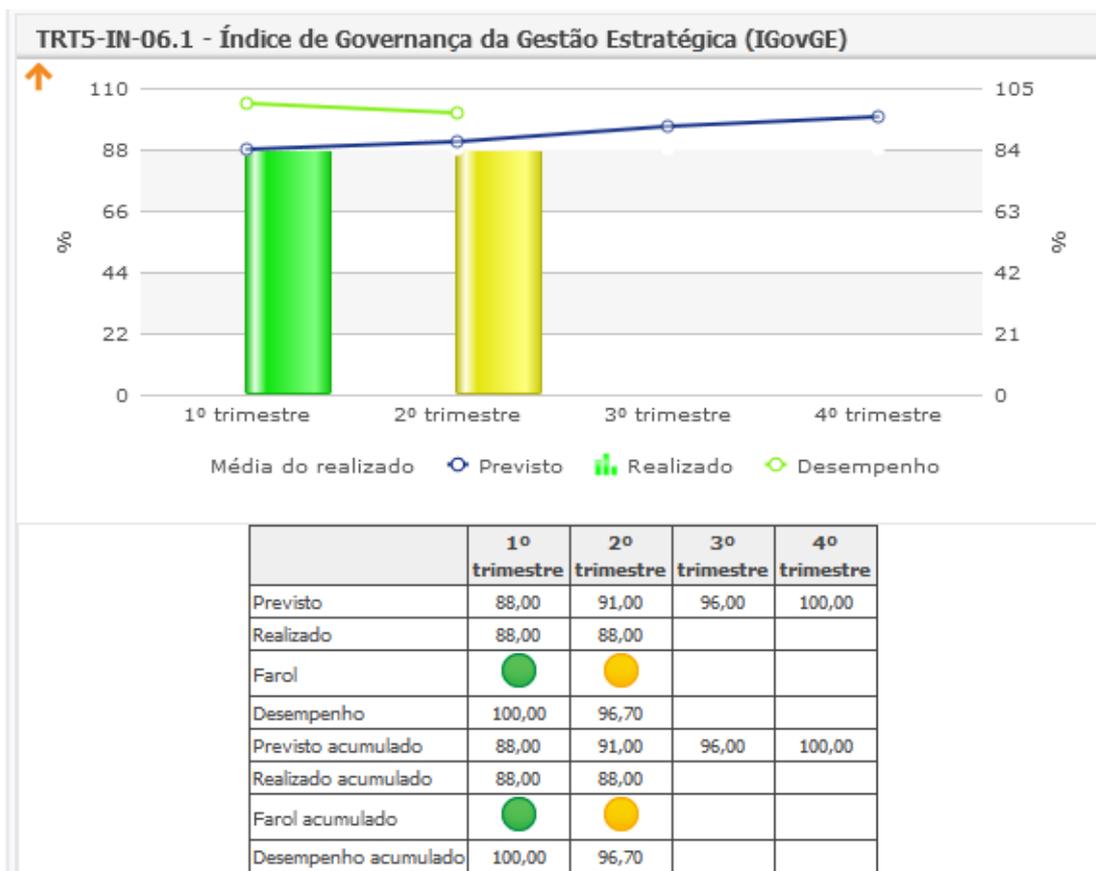
12. ÍNDICE DE GOVERNANÇA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – IGovGE

Visa manter atualizado o diagnóstico da gestão estratégica do TRT5 nas cinco dimensões:

- Planejamento da Estratégia,
- Execução da Estratégia,
- Monitoramento e Avaliação da Estratégia,
- Capacitação e Tecnologia, e
- Comunicação da Estratégia.

A meta é atingir e manter a média de governança em gestão estratégica igual a 100% até 2020. A periodicidade do indicador é trimestral, no 1º trimestre obtivemos 100% de cumprimento da meta e no 2º trimestre, 96,70%.

O IGovGE mede o objetivo estratégico: Maximizar os resultados da governança administrativa e judiciária do PEI.

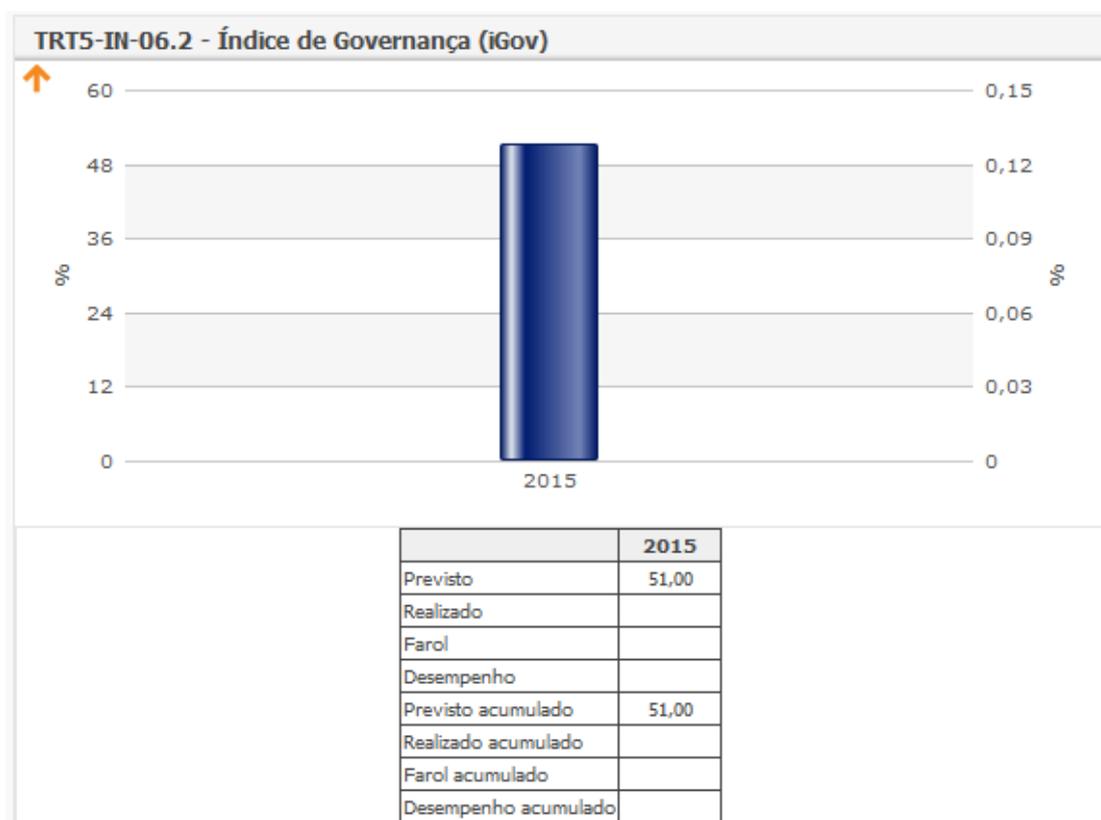


13. ÍNDICE DE GOVERNANÇA – IGOV

Mede o percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do iGov calculado pelo TCU. A meta em 2016 é aumentar, em relação à última apuração, a pontuação alcançada em 2 pontos percentuais .

A periodicidade do indicador é bianual e, por conta disso, será alimentado em 2016 com os dados de 2014 e 2015. Importante salientar que, para atingirmos 100% da meta traçada devemos atender aos requisitos recomendados pelo TCU.

O iGov mede o objetivo estratégico: Maximizar os resultados da governança administrativa e judiciária do PEI.

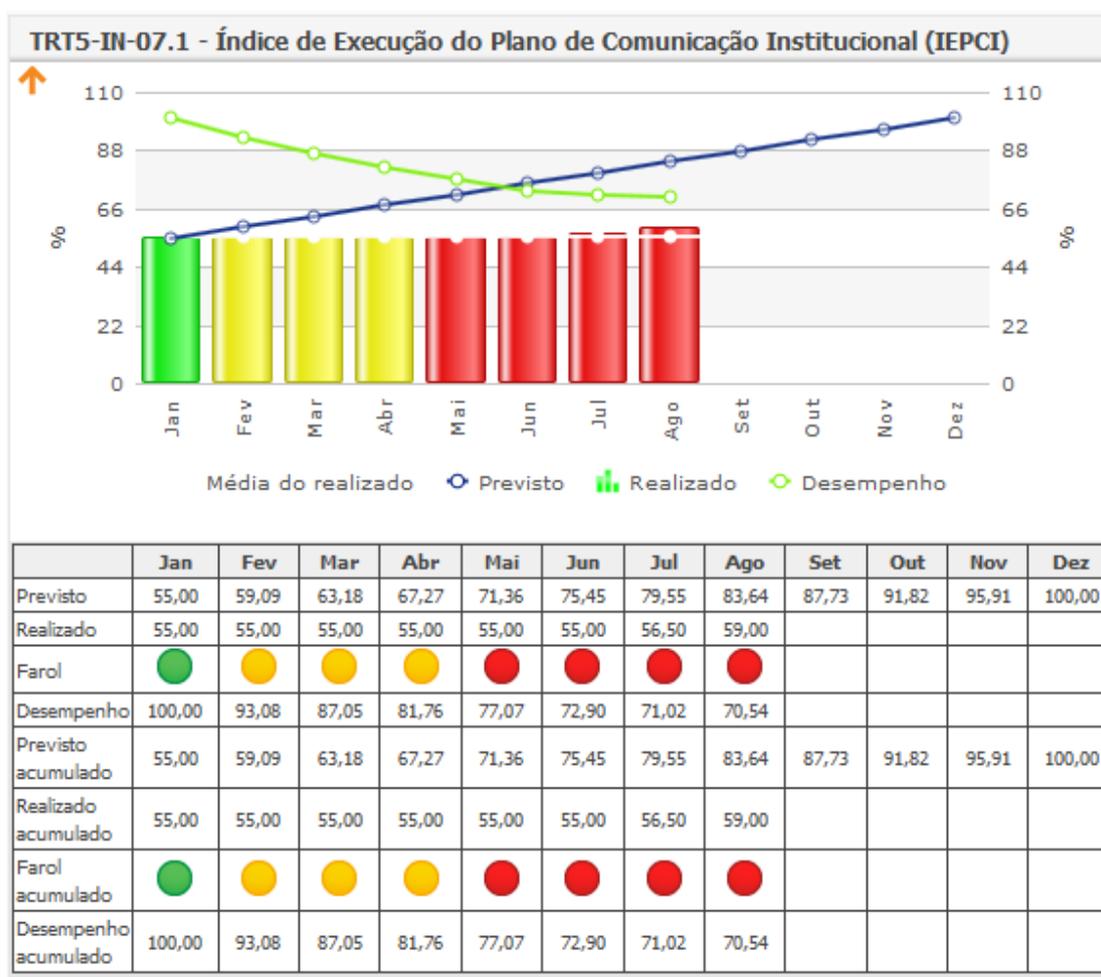


14. ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL (IEPCI)

Mede o desempenho de cumprimento dos objetivos de contribuição estabelecidos no Plano de Comunicação Institucional. A meta é manter o Plano de Comunicação Institucional com as suas metas cumpridas.

É um indicador de periodicidade mensal e em agosto/2015 teve o desempenho de 70,54% do cumprimento da meta, conforme gráfico abaixo. Para atingirmos a meta de 100%, a SECOM deverá executar mensalmente o diagnóstico do Plano de Comunicação Institucional e priorizar os pontos fracos detectados.

O IEPCI mede o objetivo estratégico: Melhorar a comunicação interna e externa do PEI.



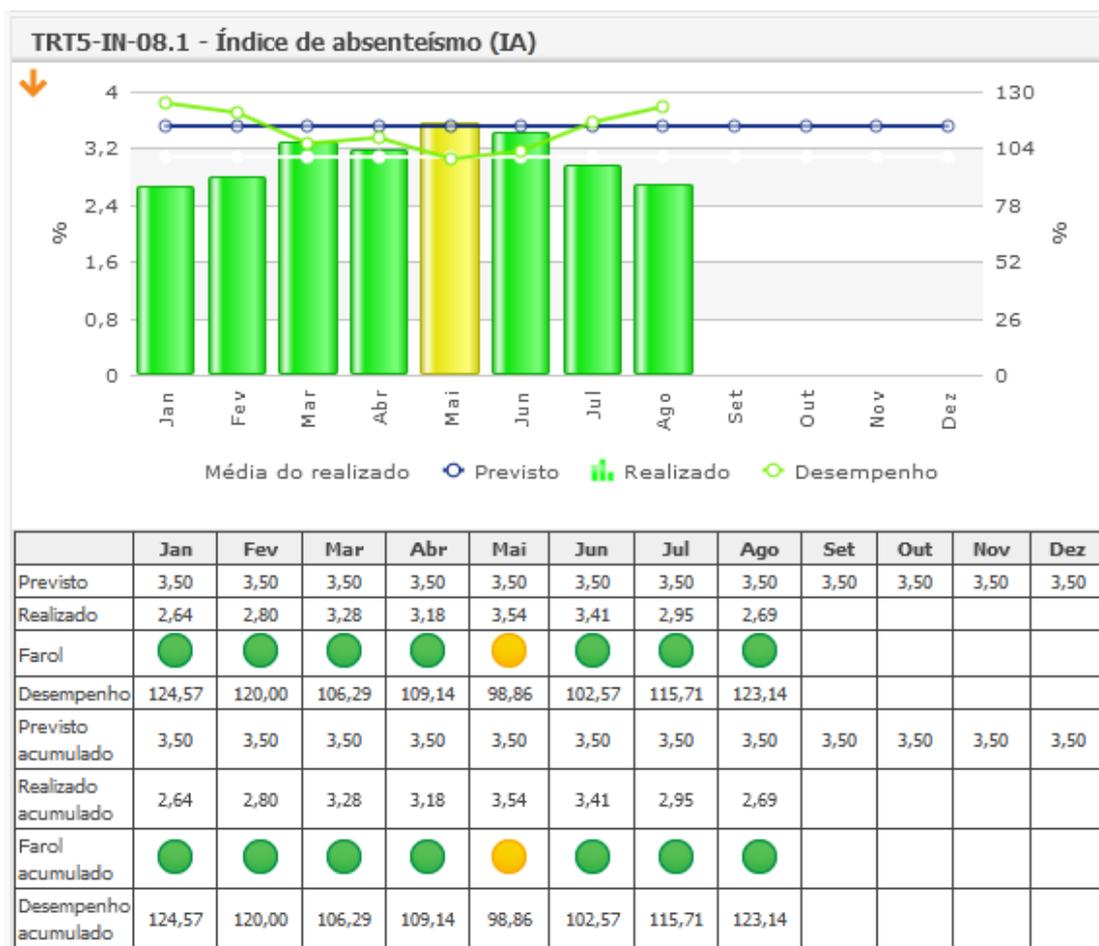
15. ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO (IA)

Mede as ausências de servidores e magistrados nas suas jornadas normais de trabalho.

Tem como meta reduzir e manter o índice de absenteísmo no patamar de 2% a partir do ano 2017 à 2020. Em 2015, a meta é atingir 3,5%. É um indicador de periodicidade mensal, que o TRT5 vem cumprindo conforme a meta traçada.

Em agosto do presente ano, o desempenho do indicador foi de 123,14% da meta prevista, atingindo um índice de absenteísmo de 2,69%. O programa de qualidade de vida do TRT5, aliado à implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em 2012, ajudaram no excelente desempenho deste indicador.

O IA mede o objetivo estratégico: Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas do PEI.



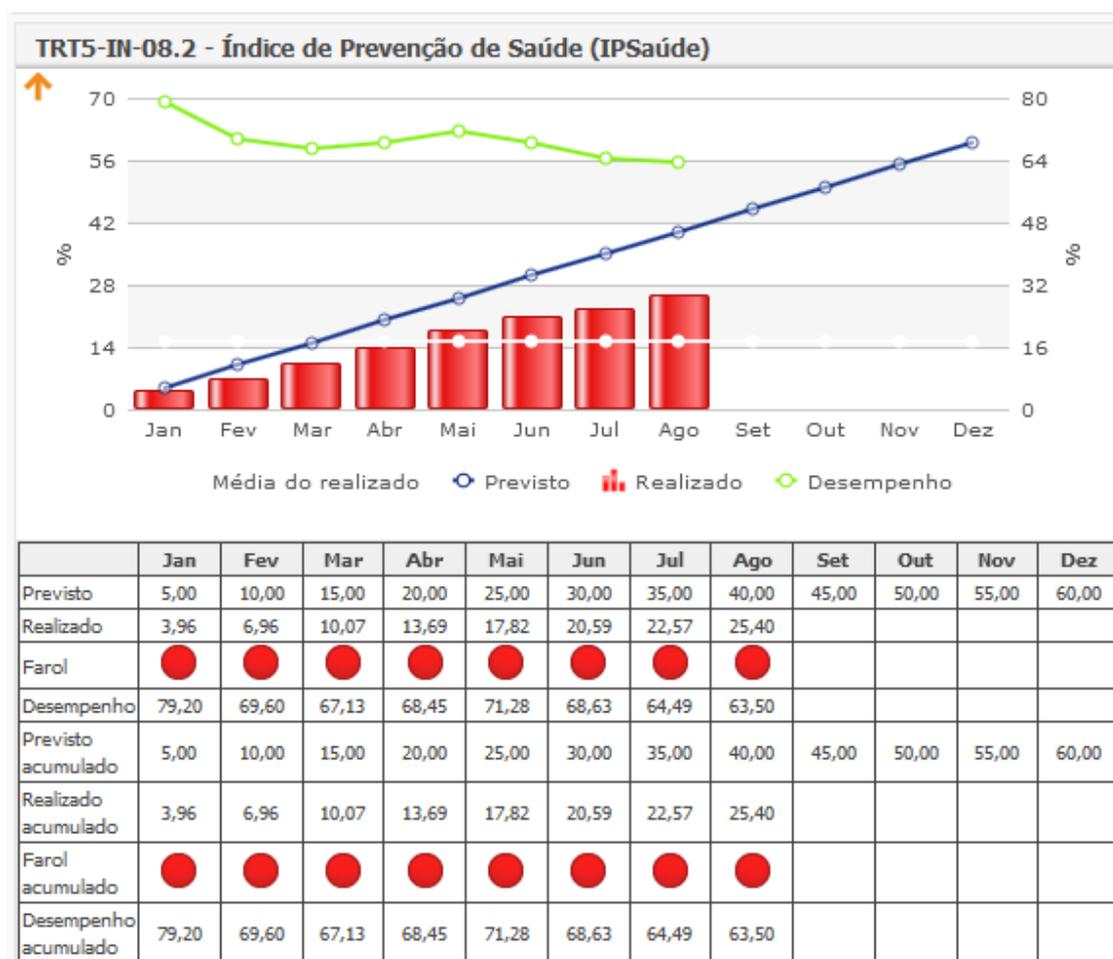
16. ÍNDICE DE PREVENÇÃO DE SAÚDE (IPSAÚDE)

Mede o número de servidores e magistrados que realizam exame médico periódico preventivo e apresentam resultados dos exames na Coordenadoria de Saúde, visando estimular a cultura de prevenção de saúde.

A meta é alcançar e manter, até 2020, 80% dos servidores e magistrados com exame médico periódico preventivo regularizado. O IPSaúde é medido mensalmente e tem como meta para 2015, atingirmos 60% do seu público até dezembro.

Pelo gráfico, vemos que apesar de crescente, o desempenho está abaixo do esperado (63,5% de desempenho em agosto/2015) e creditamos isso ao tamanho do nosso estado, que pela sua extensão dificulta a logística e o deslocamento da equipe médica para atendimento de todo o quadro funcional.

O IPSaúde mede o objetivo estratégico: Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas do PEI.



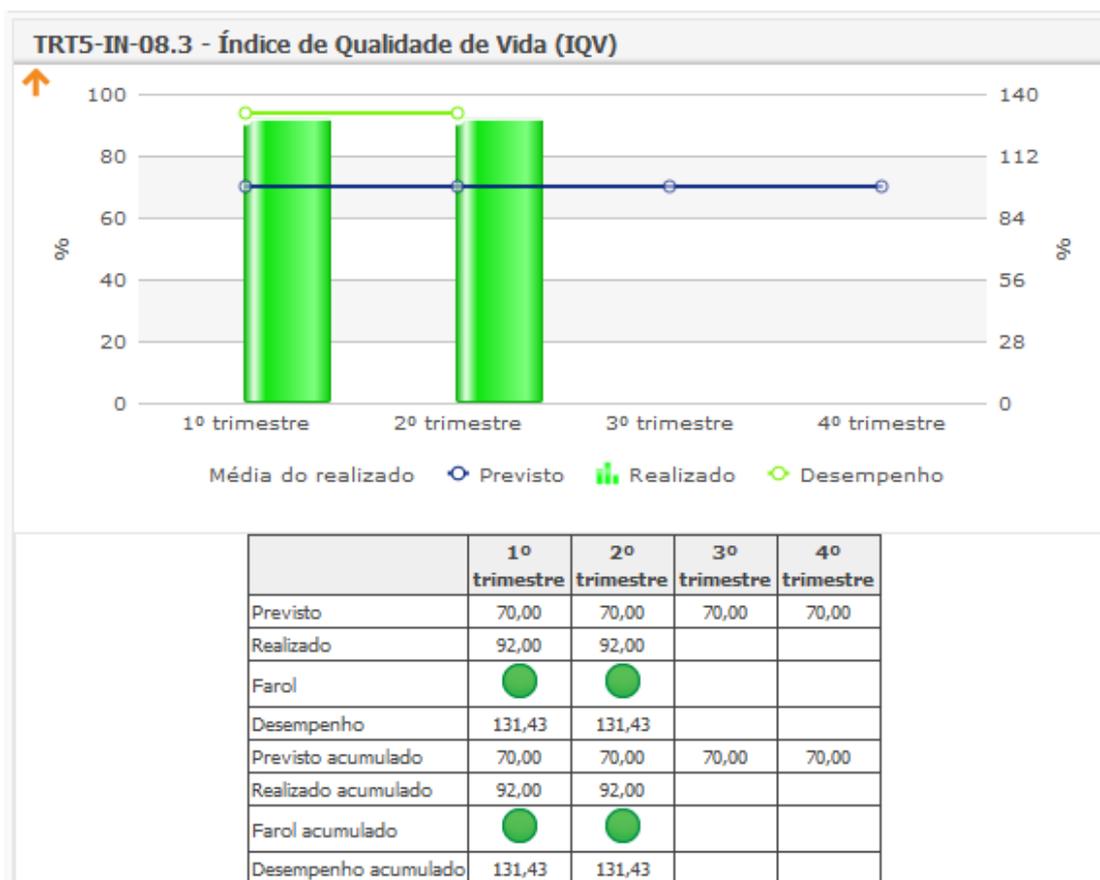
17. ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA (IQV)

Mede os benefícios proporcionados pelo Tribunal em relação às condições de trabalho, saúde, lazer e convivência.

Tem como meta implantar e manter 90% dos benefícios de qualidade de vida, até 2020 e em 2015, foi estipulada a meta de 70%. A periodicidade desse indicador é trimestral e o TRT5 obteve nos dois primeiros trimestres o desempenho de 131,43%.

O elevado percentual é decorrente dos programas de qualidade de vida aqui desenvolvidos, que possuem atividades voltadas à promoção da saúde e bem estar, tais como: Palestras, Preparação para a Aposentadoria, Caminhada Ecológica, Bazar, TRT Cultural, Ginástica Laboral, dentre outros.

O IQV mede o objetivo estratégico: Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas do PEI.



18. ÍNDICE DE GOVERNANÇA DA GESTÃO DE PESSOAS (iGovPESSOAS)

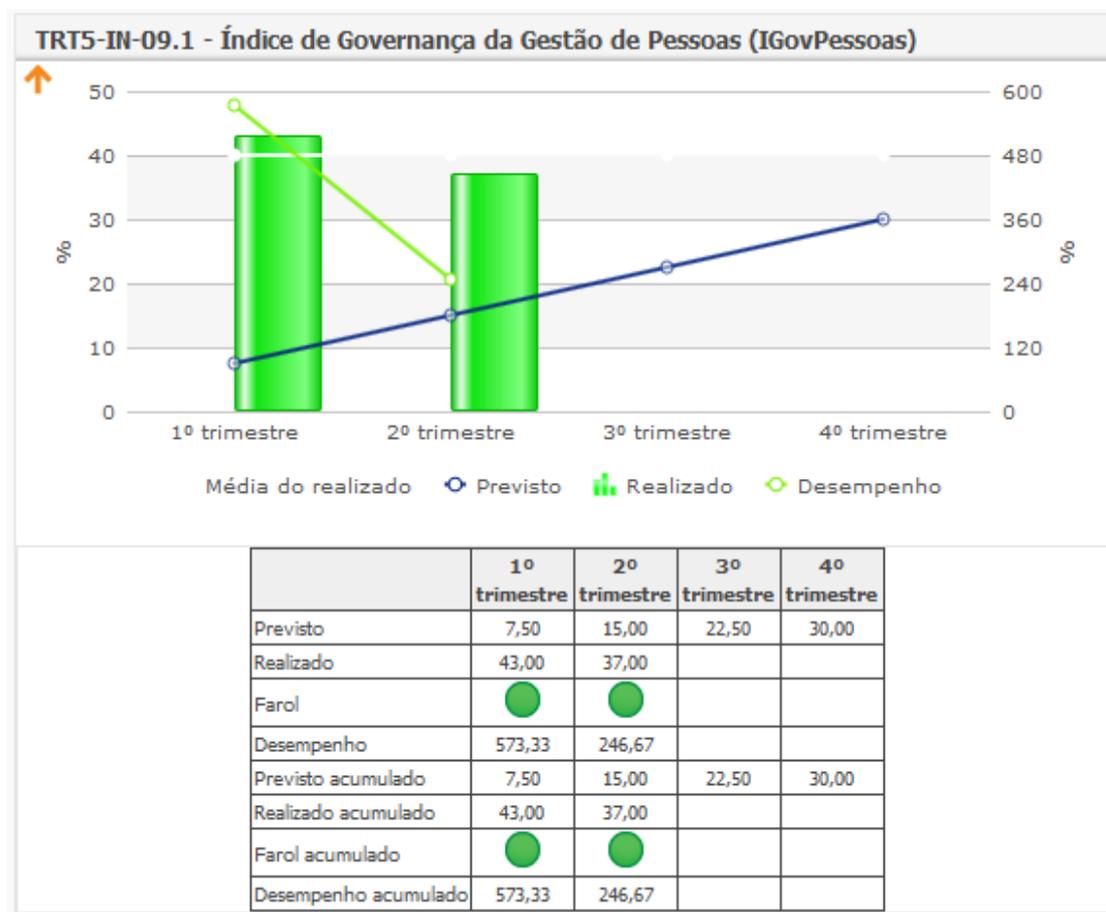
Mede o percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do iGovPessoas: resultado obtido na capacidade e no estágio dos componentes do índice iGovPessoas calculado pelo TCU;

Amplia as políticas, métodos e práticas adotados na gestão de pessoas, objetivando potencializar o capital humano;

Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados, a fim de melhorar a eficiência e eficácia organizacionais.

Tem como meta atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGovPessoas. A periodicidade é trimestral, e no 2º trimestre de 2015 teve um desempenho de 246,67% do previsto. Para mantermos a faixa “inicial”, a SGP deve executar mensalmente o diagnóstico dos seus programas e ações, além de priorizar os pontos fracos detectados, a fim de melhorar a eficiência e eficácia organizacionais.

O indicador mede o objetivo estratégico: Efetivar a gestão por competências do PEI.

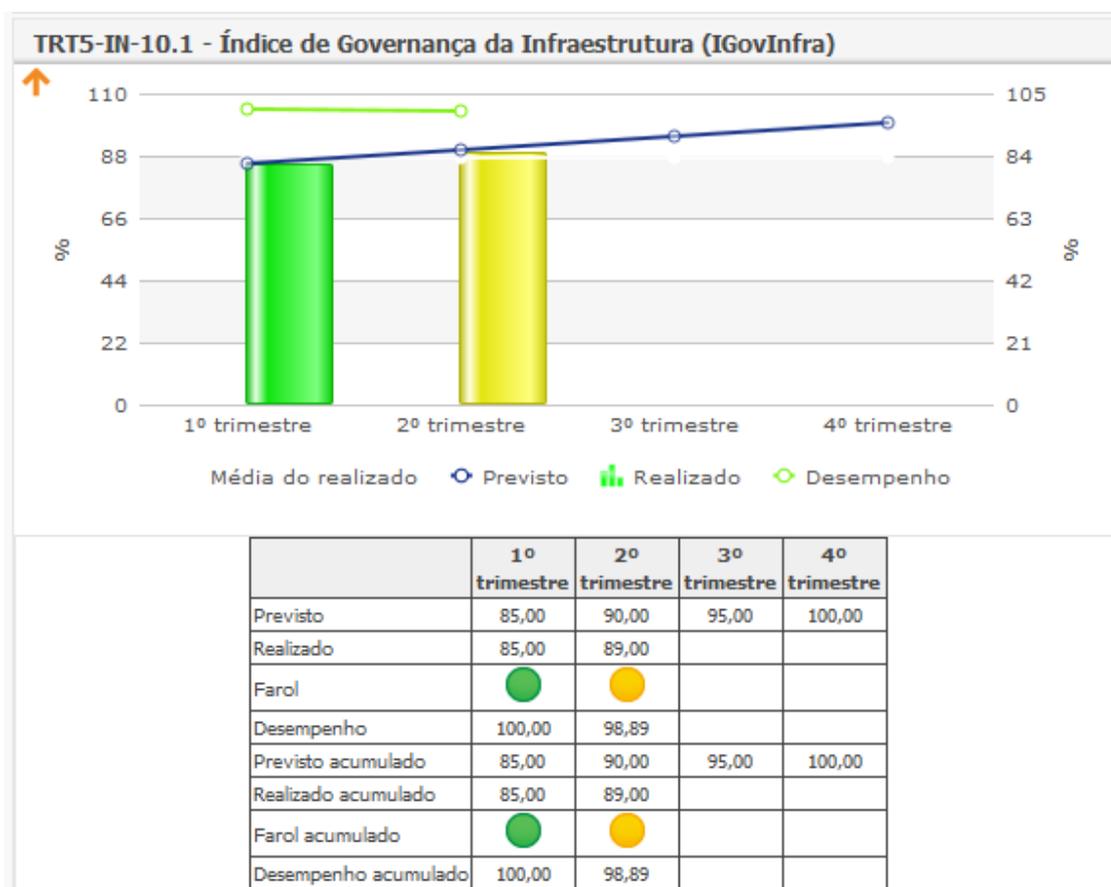


19. ÍNDICE DE GOVERNANÇA DA INFRAESTRUTURA (iGovINFRA)

Aferir o nível de aderência às práticas de gestão de obras de infraestrutura adotadas pela justiça brasileira, frente aos parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 70/2010-CSJT e 114/2010-CNJ.

Tem como meta alcançar a média de governança da infraestrutura igual a 100% até 2020. É medido trimestralmente e em agosto teve 98,89% de grau de cumprimento de meta.

O iGovInfra mede o objetivo estratégico: Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas do PEI.

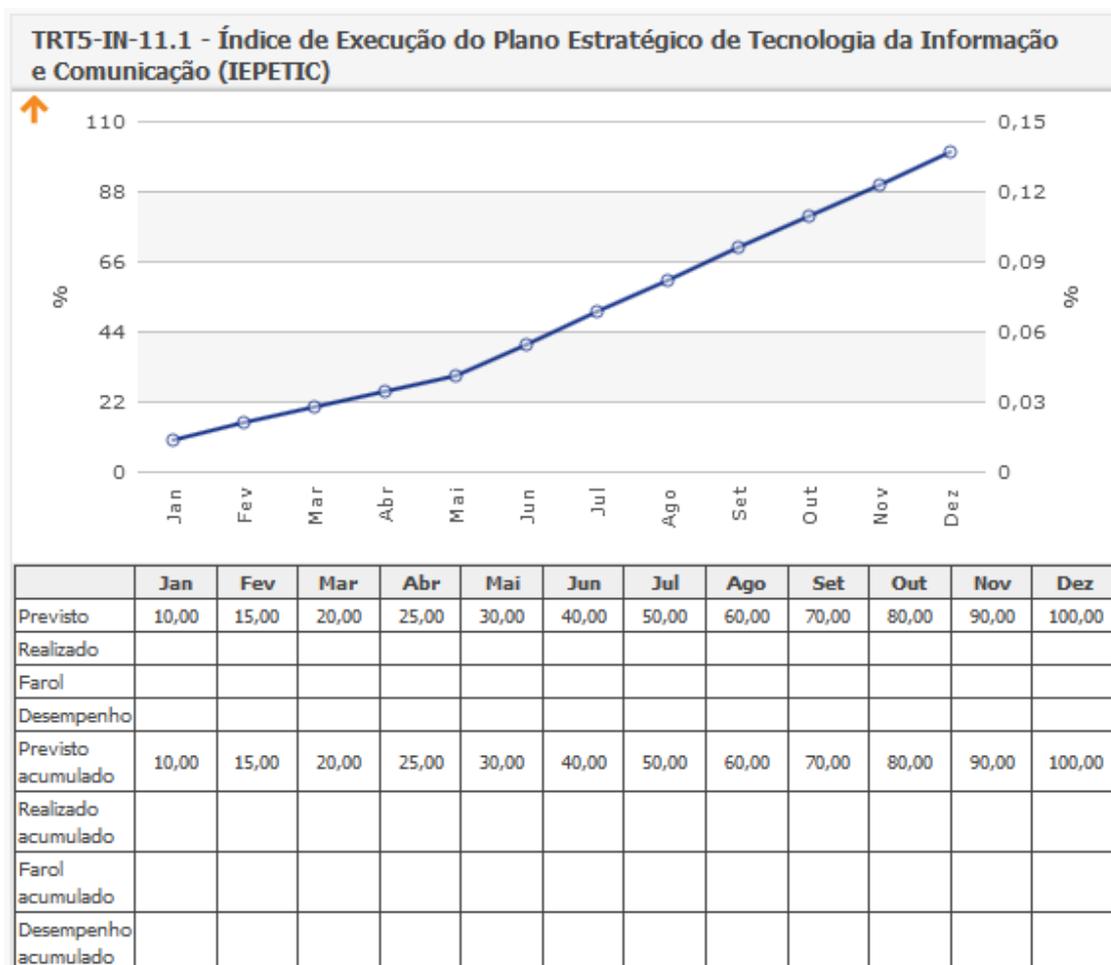


20. ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (IEPETIC)

Mede o desempenho de cumprimento dos objetivos estratégicos estabelecidos no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC. A meta é manter o PETIC com as suas metas cumpridas (100%) em todos os anos.

Diante da construção do PETIC esse indicador ainda não obteve apuração.

A periodicidade do indicador é mensal. O IEPETIC mede o objetivo estratégico: Maximizar os resultados da governança de TIC.



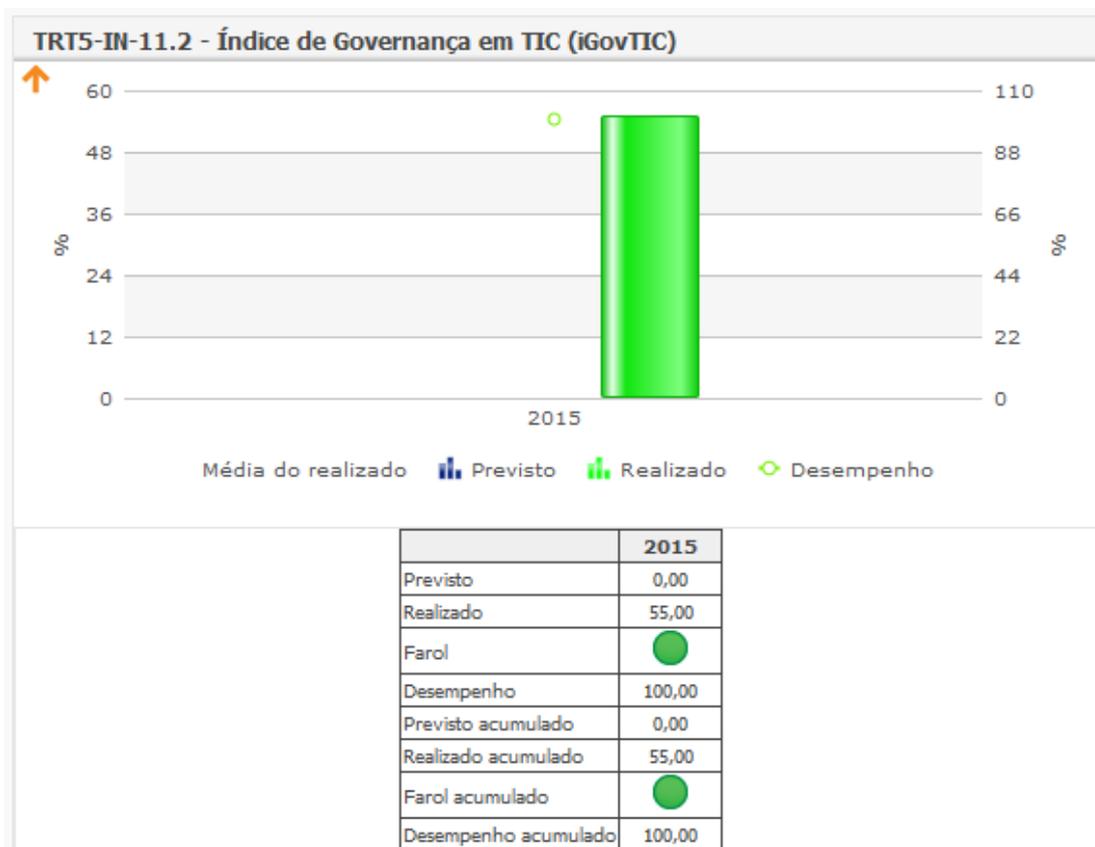
21. ÍNDICE DE GOVERNANÇA EM TIC (iGovTIC)

Mede o percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do iGovTI, através do resultado obtido na capacidade e no estágio do índice iGovTI calculado pelo TCU.

A meta é atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGovTI. A periodicidade do indicador é anual. O Indicador não apresenta medições porque será medido em 2016, entretanto na última medição pelo TCU, em 2014, o tribunal obteve uma avaliação de 55%, o que representa nível aprimorado.

O TCU realiza esse indicador a cada dois anos.

O iGovTIC mede o objetivo estratégico: Maximizar os resultados da governança de TIC.



22. ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DISPONIBILIZADO (IEOD)

Mede o orçamento disponibilizado e executado pelo Tribunal. A meta do indicador é aumentar o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em relação à média de 2011, 2012 e 2013 em 12 pontos percentuais até 2020.

Em 2015, a meta é aumentar o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em relação à média de 2011, 2012 e 2013 (37,34%) em 2% , ou seja, 38,08%.

Até o mês de agosto/2015, o grau de cumprimento da meta foi de 107,31%. Portanto, percebe-se pelo gráfico que o indicador possui projeção de cumprimento da meta.

O IEOD mede o objetivo estratégico: Gerir o orçamento de forma eficiente e eficaz.

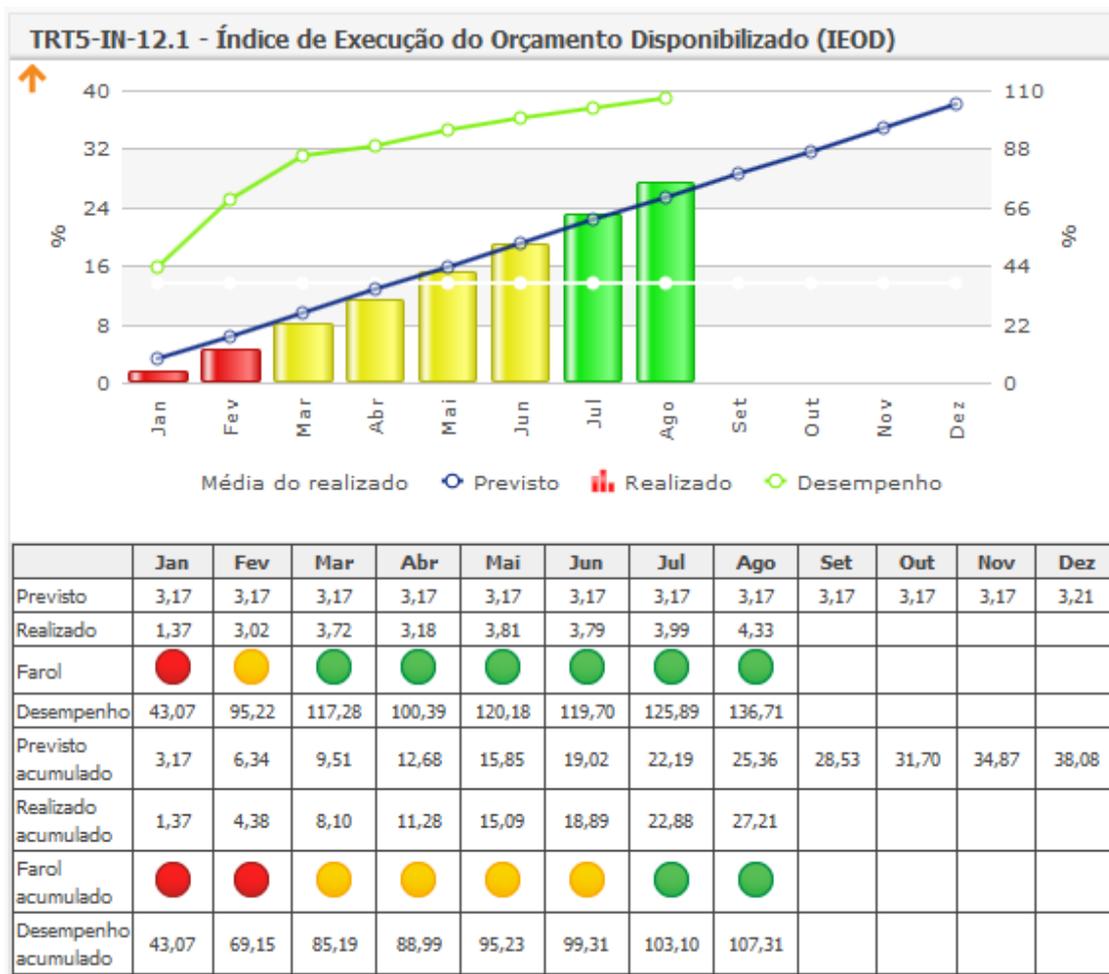


Gráfico do indicador acumulado de janeiro a dezembro/2015

23. ÍNDICE DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL (IEO)

Mede a economia observada no consumo de água, energia elétrica, papel A4, combustíveis e despesas com telefonia fixa e móvel.

A meta é alcançar 100% de desempenho das metas esperadas com relação ao consumo, implicando em aumento da eficiência com o racionamento de utilização de recursos. Esse indicador é medido mensalmente.

Observamos que, considerando o consumo de água em metros cúbicos (m³), sem os dados dos Fóruns de Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Itabuna, Itapetinga, Juazeiro e Valença (valores não disponibilizados até o fechamento desse relatório), a economia gerada de janeiro até o mês de agosto do ano corrente foi de 32,55%, e o IEO para o mesmo período foi de 148%.

Nota-se que nos meses de fevereiro, junho, julho e agosto o consumo de água foi reduzido em maior percentual.

Até o mês de agosto/2015, foram consumidos 47,89% do consumo anual de 2014 (70.085 m³ de água).

Quanto ao consumo de energia elétrica, a economia até o mês de agosto, em comparação ao mesmo período do ano passado foi de 5,48%, e o IEO foi de 106%. Nesse mesmo período, foram consumidos 62,10% do consumo anual de 2014 (8.150.475,44 Kwh).

Quanto ao consumo de papel A4, foi considerado o consumo de papel branco e reciclado para compor o cálculo do índice de eficiência operacional (IEO). De janeiro a agosto do presente ano, houve uma economia no consumo de 25,60%, se comparado ao mesmo período do ano anterior, bem como o IEO de 134% para o mesmo período. Para esse item, o que nos chama à atenção é o aumento do consumo de resmas no mês de janeiro de 2015, 18,99%.

Com o aumento das varas PJe em relação a 2014, a obrigatoriedade do PROAD, a digitalização de documentos, entre outras ferramentas utilizadas para diminuição do consumo de papel, nota-se que no mês de julho/2015, o consumo teve uma redução considerável, o que gerou uma economia de 61,24% se comparado ao mesmo mês de 2014. Outro dado importante é que, até agosto de 2015, foram consumidos apenas 50,10% do total das resmas consumidas em 2014.

Na análise do consumo de telefonia fixa e móvel, a economia para o período de janeiro à agosto/2015 é de 15,50% e o IEO de 118%, ambos se comparado ao mesmo período de 2014. Importante lembrar que, para esse item, houve uma repactuação contratual em 17/08/2014, reajustando em 6,31% o valor da tarifa contratada, conforme regra da ANATEL. Informamos que o acréscimo contratual foi adicionado ao cálculo para apuração do valor da economia. Até o mês de agosto de 2015, foram gastos 56,15% do valor gasto para todo o ano de 2014.

O consumo de combustíveis (gasolina, álcool e diesel) até o mês de agosto/2015 (66.538 litros) está equiparado ao valor encontrado até agosto de 2014 (66.481 litros). Neste mesmo período, foram gastos 63,16% de todo o combustível consumido em 2014 (105.351,24 litros).

Por último, o cálculo do IEO, considerando todos os itens em conjunto (água, energia, papel, telefonia e combustíveis), indica um percentual de 124% do grau de cumprimento da meta em agosto, portanto uma economia média de 24% no período.

Percebemos, então, que o Tribunal está gerindo o seu orçamento com efetividade e que possui uma preocupação com a questão socioambiental.

O IEO mede o objetivo estratégico: Gerir o orçamento de forma eficiente e eficaz.

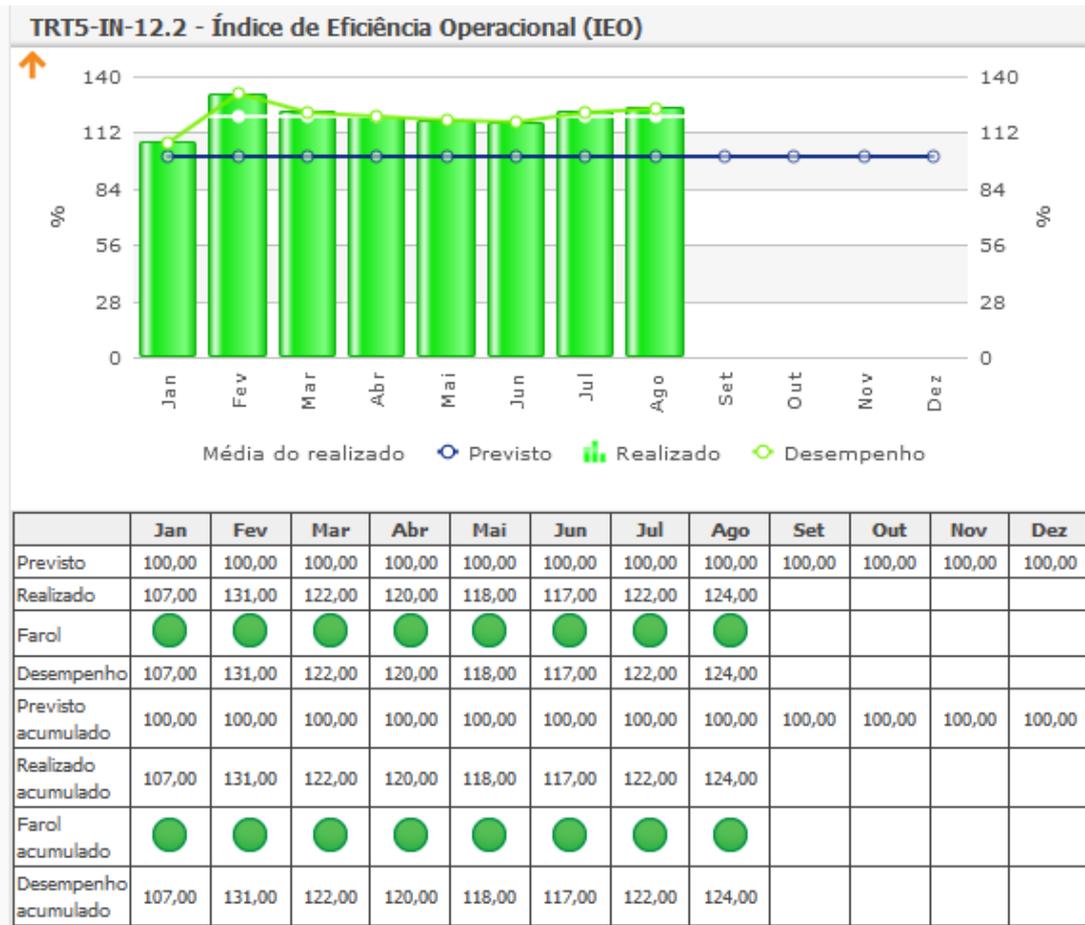


Gráfico do indicador medido mensalmente de janeiro a dezembro/2015

Matriz de Resultados

Indicador	Unidade de medida	2015									
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Acumulado	
TRT5-IN-01.2 - Índice de Responsabilidade Socioambiental (IRS)	un	Realizado	385,00 	35,00 	2.670,00 	1.396,00 	525,00 	940,00 	100,00 	53,00 	6.104,00
		Previsto	333,00 	333,00 	333,00 	333,00 	333,00 	333,00 	333,00 	333,00 	2.664,00
TRT5-IN-02.1 - Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância (TMDP2)	Dias	Realizado	265,67 	252,08 	252,00 	249,35 	247,83 	245,02 	249,01 	250,75 	250,75
		Previsto	265,67 	261,59 	257,52 	253,44 	249,37 	245,29 	241,22 	237,14 	237,14
TRT5-IN-02.2 - Tempo Médio de Duração do Processo - 1ª Instância - Fase de Conhecimento (TMDP1c)	Dias	Realizado	231,02 	217,27 	217,26 	220,51 	218,50 	216,56 	217,38 	224,22 	224,22
		Previsto	231,02 	228,31 	225,61 	222,90 	220,20 	217,50 	214,79 	212,09 	212,09

Indicador	Unidade de medida		2015								
			Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Acumulado
TRT5-IN-02.3 - Índice de Processos Julgados (IPJ)	%	Realizado	67,62	79,43	79,05	81,73	82,26	81,69	82,40	82,04	82,04
											
		Previsto	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
											
TRT5-IN-02.4 - Índice de Processos Antigos (IPA)	%	Realizado	98,62	98,77	98,89	99,00	99,11	99,18	99,26	99,33	99,33
											
		Previsto	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00
											
TRT5-IN-02.5 - Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - 1ª Instância	%	Realizado	97,80	97,61	97,81	97,81	98,01	98,01	98,01	98,21	98,21
											
		Previsto	97,80	98,00	98,20	98,40	98,60	98,80	99,00	99,20	99,20
											
TRT5-IN-02.5 - Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - 2ª Instância	%	Realizado	32,26	32,26	32,26	32,26	32,26	32,26	32,26	32,26	32,26
											
		Previsto	32,26	38,42	44,58	50,73	56,89	63,05	69,21	75,37	75,37
											

Indicador	Unidade de medida		2015								
			Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Acumulado
TRT5-IN-03.1 - Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento (ICONc)	%	Realizado	25,90 	30,61 	29,80 	31,74 	34,09 	31,69 	33,23 	29,45 	31,14 
		Previsto	25,90 	26,39 	26,89 	27,38 	27,88 	28,37 	28,87 	29,36 	29,36
TRT5-IN-03.2 - Índice de Conciliação na Fase de Execução (ICONE)	%	Realizado	6,49 	10,94 	11,21 	8,59 	8,62 	10,33 	10,23 	8,75 	9,40 
		Previsto	6,49 	6,92 	7,35 	7,79 	8,22 	8,65 	9,08 	9,51 	9,51
TRT5-IN-04.1 - Índice de Execução (IE)	%	Realizado	210,43 	147,32 	132,94 	124,88 	128,95 	122,62 	119,00 	119,60 	119,60 
		Previsto	100,00 	100,00 	100,00 	100,00 	100,00 	100,00 	100,00 	100,00 	100,00

Indicador	Unidade de medida		2015								
			Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Acumulado
TRT5-IN-05.1 - Índice de Concentração de Processos dos Maiores Litigantes (ICP)	%	Realizado	97,17 	98,28 	97,36 	99,92 	99,81 	96,25 	92,97 	91,51 	91,51
		Previsto	98,50 	98,60 	98,70 	98,90 	99,00 	99,10 	99,20 	99,30 	99,30
TRT5-IN-07.1 - Índice de Execução do Plano de Comunicação Institucional (IEPCI)	%	Realizado	55,00 	55,00 	55,00 	55,00 	55,00 	55,00 	56,50 	59,00 	59,00
		Previsto	55,00 	59,09 	63,18 	67,27 	71,36 	75,45 	79,55 	83,64 	83,64
TRT5-IN-08.1 - Índice de absentismo (IA)	%	Realizado	2,64 	2,80 	3,28 	3,18 	3,54 	3,41 	2,95 	2,69 	2,69
		Previsto	3,50 	3,50							
TRT5-IN-08.2 - Índice de Prevenção de Saúde (IPSaúde)	%	Realizado	3,96 	6,96 	10,07 	13,69 	17,82 	20,59 	22,57 	25,40 	25,40
		Previsto	5,00 	10,00 	15,00 	20,00 	25,00 	30,00 	35,00 	40,00 	40,00

Indicador	Unidade de medida		2015								Acumulado
			Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	
TRT5-IN-11.1 - Índice de Execução do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (IEPETIC)	%	Realizado									
		Previsto	10,00 	15,00 	20,00 	25,00 	30,00 	40,00 	50,00 	60,00 	
TRT5-IN-12.1 - Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)	%	Realizado	1,37 	3,02 	3,72 	3,18 	3,81 	3,79 	3,99 	4,33 	27,21
		Previsto	3,17 	25,36							
TRT5-IN-12.2 - Índice de Eficiência Operacional (IEO)	%	Realizado	107,00 	162,00 	107,00 	115,00 	115,00 	134,00 	146,00 	114,00 	114,00
		Previsto	100,00 	100,00							

ANEXOS

MAPA DE JURISDIÇÃO DO TRT5

I. DADOS GERAIS DA JURISDIÇÃO ATUAL:

JURISDIÇÃO	ÁREA IBGE	POPULAÇÃO 2000	POPULAÇÃO 2010	POPULAÇÃO 2012	PIB 2011	PIB PER CAPITA	DENSIDADE (HAB/KM ²)
Alagoinhas	15.874	622.883	637.657	700.952	R\$ 6.324.597,55	R\$ 9.918,49	44,16
Barreiras	71.590	352.270	369.687	419.439	R\$ 7.801.219,49	R\$ 21.102,23	5,86
Bom Jesus da Lapa	74.918	458.244	456.929	493.123	R\$ 3.489.869,10	R\$ 7.637,66	6,58
Brumado	32.097	513.953	518.819	549.393	R\$ 3.122.214,31	R\$ 6.017,93	17,12
Camaçari	1.638	311.517	330.735	395.216	R\$ 15.268.908,62	R\$ 46.166,59	241,28
Candeias	824	134.371	139.148	154.109	R\$ 5.486.005,78	R\$ 39.425,69	187,03
Conceição do Coité	12.868	431.624	437.939	472.446	R\$ 2.384.445,03	R\$ 5.444,70	36,71
Cruz das Almas	3.833	293.531	297.011	320.800	R\$ 1.912.372,76	R\$ 6.438,73	83,69
Euclides da Cunha	20.775	434.162	437.908	467.518	R\$ 2.068.265,02	R\$ 4.723,06	22,50
Eunápolis	6.163	160.995	165.465	182.384	R\$ 2.008.263,77	R\$ 12.137,09	29,59
Feira de Santana	10.312	942.502	919.694	1.013.285	R\$ 10.839.211,97	R\$ 11.785,67	98,26
Guanambi	20.656	321.921	319.765	346.283	R\$ 1.959.381,58	R\$ 6.127,57	16,76
Ilhéus	5.445	327.954	276.821	289.932	R\$ 2.852.841,97	R\$ 10.305,73	53,25
Ipiaú	5.731	289.632	283.009	295.808	R\$ 1.848.694,94	R\$ 6.532,28	51,62
Irecê	48.751	546.136	547.496	590.459	R\$ 2.865.309,48	R\$ 5.233,48	12,11
Itaberaba	31.362	378.488	370.827	394.979	R\$ 2.251.304,61	R\$ 6.071,04	12,59
Itabuna	9.742	515.113	488.570	521.945	R\$ 4.505.271,07	R\$ 9.221,34	53,58
Itamaraju	6.302	108.529	105.449	113.407	R\$ 1.001.888,17	R\$ 9.501,16	18,00
Itapetinga	13.263	224.292	215.378	226.123	R\$ 1.600.935,53	R\$ 7.433,14	17,05
Jacobina	17.771	368.137	359.780	391.524	R\$ 2.061.276,12	R\$ 5.729,27	22,03
Jequié	13.300	334.800	330.673	349.296	R\$ 2.808.719,71	R\$ 8.493,95	26,26
Juazeiro	55.832	481.464	446.834	491.297	R\$ 3.594.847,30	R\$ 8.045,15	8,80
Paulo Afonso	20.972	291.388	296.372	319.307	R\$ 3.086.905,37	R\$ 10.415,64	15,23

JURISDIÇÃO	ÁREA IBGE	POPULAÇÃO 2000	POPULAÇÃO 2010	POPULAÇÃO 2012	PIB 2011	PIB PER CAPITA	DENSIDADE (HAB/KM²)
Porto Seguro	5.970	161.048	169.963	192.331	R\$ 1.464.883,39	R\$ 8.618,84	32,22
Salvador	767	3.037.117	2.635.035	3.068.065	R\$ 42.288.700,15	R\$ 16.048,63	4.000,08
Santo Amaro	1.143	111.218	112.984	123.688	R\$ 4.140.315,71	R\$ 36.645,15	108,21
Santo Antonio de Jesus	6.563	418.103	426.934	467.808	R\$ 3.093.278,45	R\$ 7.245,33	71,28
Senhor do Bonfim	15.002	278.390	284.393	304.781	R\$ 1.947.082,33	R\$ 6.846,45	20,32
Simões Filho	192	109.269	112.099	129.964	R\$ 3.943.664,29	R\$ 35.180,19	676,90
Teixeira de Freitas	12.213	280.963	298.796	337.748	R\$ 3.875.032,19	R\$ 12.968,82	27,65
Valença	5.844	266.334	276.367	301.681	R\$ 2.745.639,62	R\$ 9.934,76	51,62
Vitória da Conquista	16.973	574.306	565.432	619.046	R\$ 5.227.269,80	R\$ 9.244,74	36,47
Total Geral	564.686	14.080.654	13.633.969	15.044.137	R\$ 159.868.615,15	R\$ 11.725,76	26,64

METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO DE 2014

META	DESCRIÇÃO DA META	GRAU DE CUMPRIMENTO ATUAL
META 1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.	99,23%
META 2	Julgar, até 31/12/2014, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012, na Justiça do Trabalho.	119,95%
META 3	Estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.	100,00%
META 5	Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho.	100,00%
META 6	Julgar, até 31/12/2014, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no 1º Grau e até 31/12/2012, no 2º Grau.	97,71%

Se por um lado conseguiu-se identificar os maiores problemas que impedem efetivamente cumprir a missão institucional, por outro, exsurge a dificuldade de solucioná-los imediatamente.

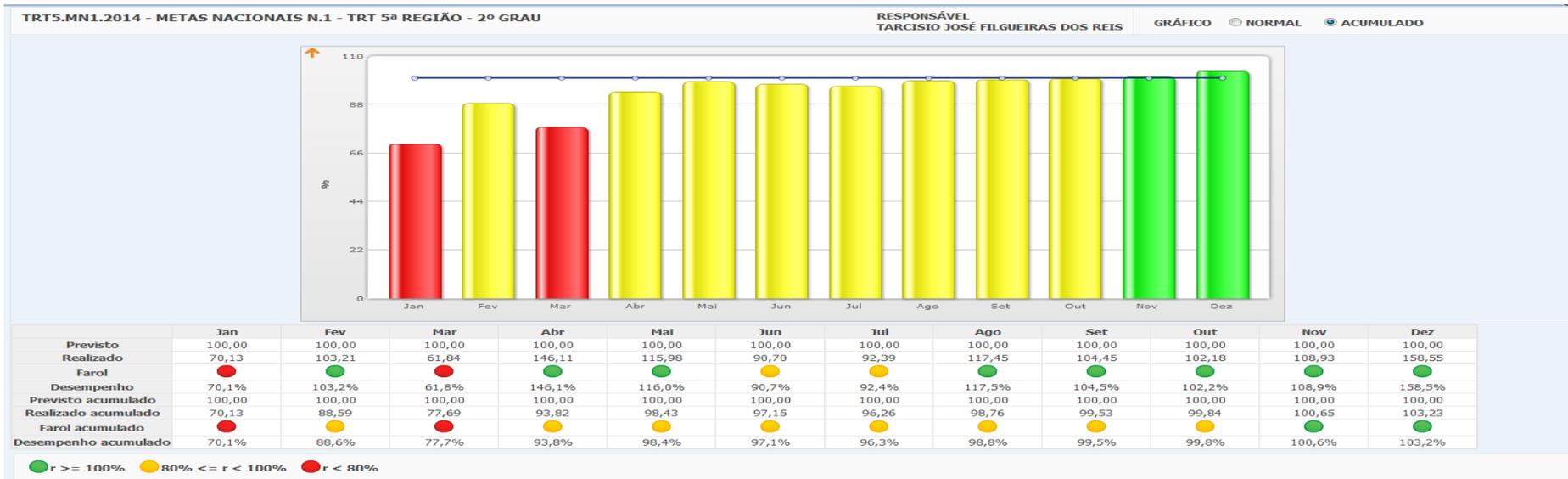
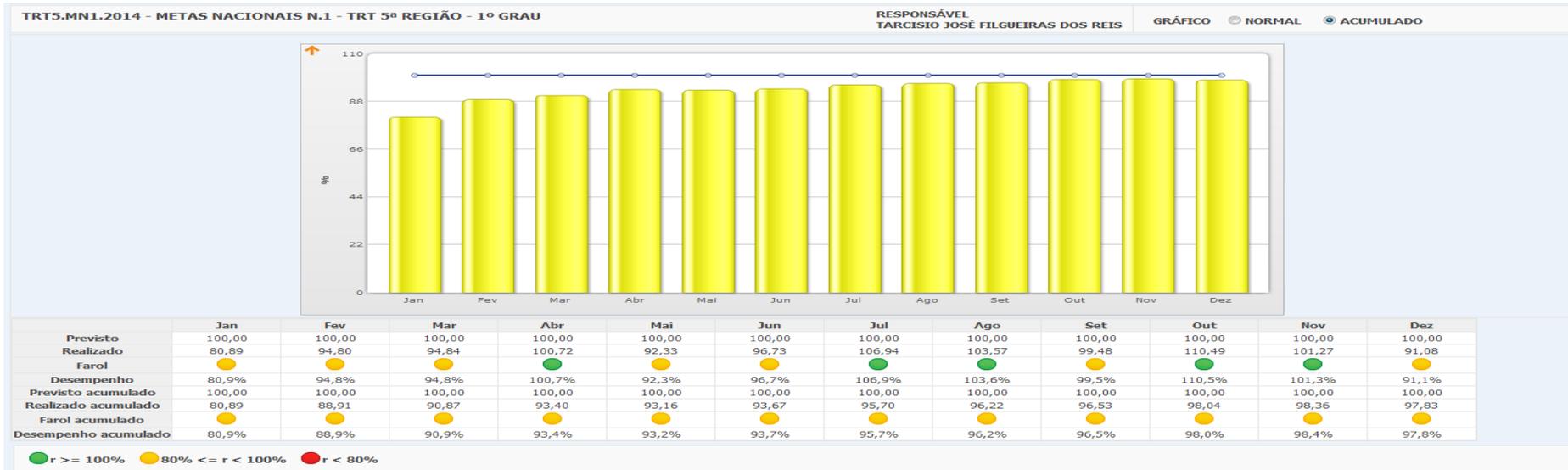
Trata-se de inconsistências sistêmicas historicamente absorvidas ao longo de décadas; da falta de sintonia entre bancos de dados; de divergência dos parâmetros que seguidos, ora do Conselho Nacional de Justiça/Justiça em Números (CNJ), ora do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ora do Tribunal Superior do

Trabalho (TST), os quais implicam retrabalho e tempo para acomodação. Da mesma forma, o levantamento desses dados e respectivas inconsistências permitiram a constatação da necessidade de se desenvolver competências específicas não só para a promoção dos ajustes necessários, como também para a manutenção da atividade de forma coerente e padronizada.

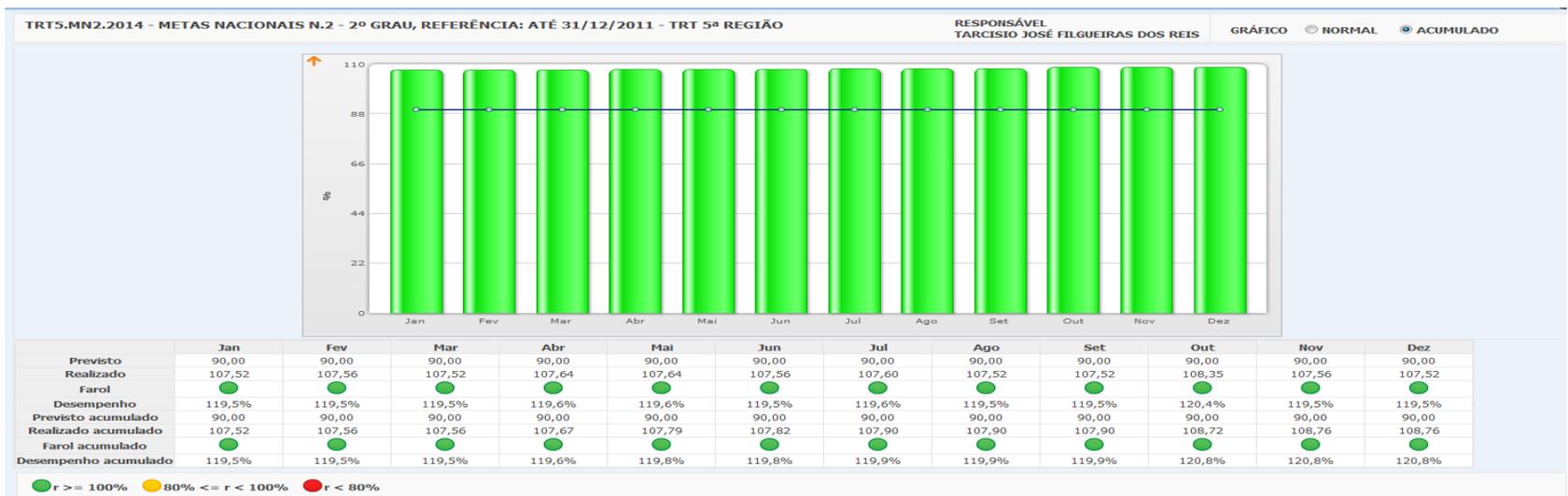
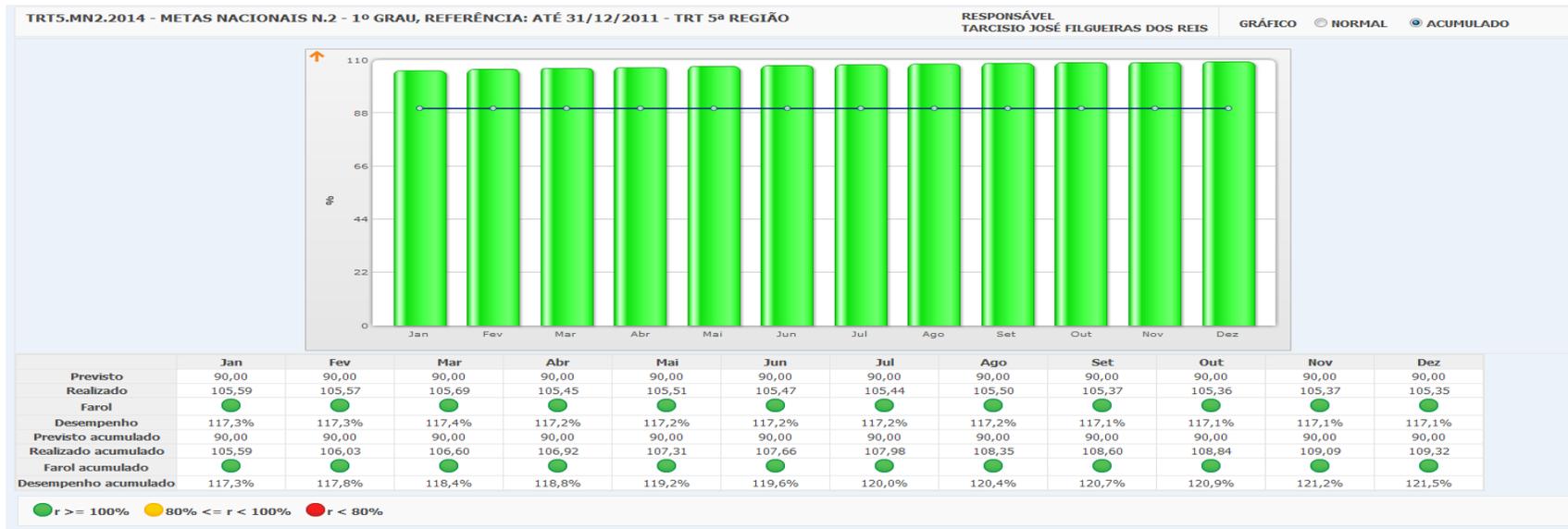
Nesse contexto, ações foram adotadas no sentido da depuração desses mesmos dados e inconsistências e assim desenvolvidas lógicas e simulações correlatas que vêm evidenciando quão equivocadas vêm sendo as informações jungidas a este Tribunal, a exemplo, dos dados estatísticos do site Justiça em Números, a partir das informações encaminhadas pelo próprio Tribunal, tendo como marco as inspeções processuais que inicialmente tinham apenas o cunho de corrigir tramitações e fornecer mais confiabilidade para os dados estatísticos. Atualmente agregaram ao fluxo de processo do projeto a gestão da unidade judiciária com o apoio da Administração e engajamento de todos os envolvidos.

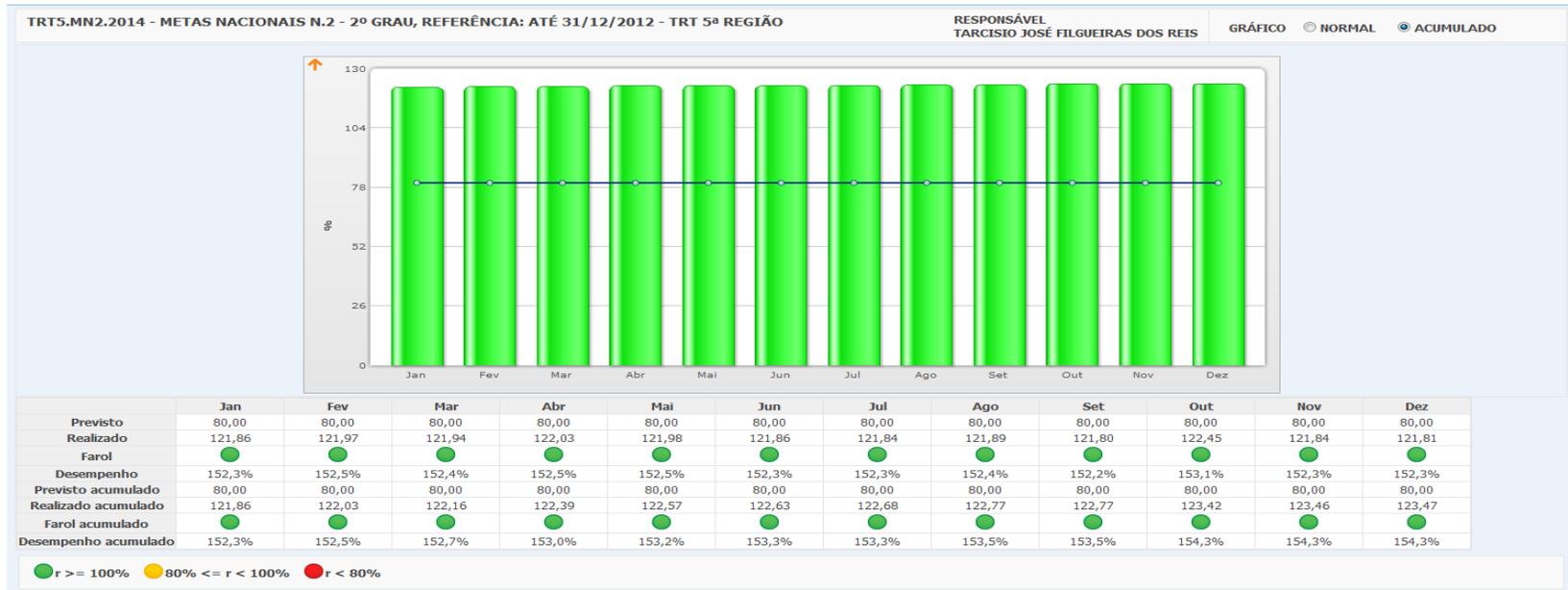
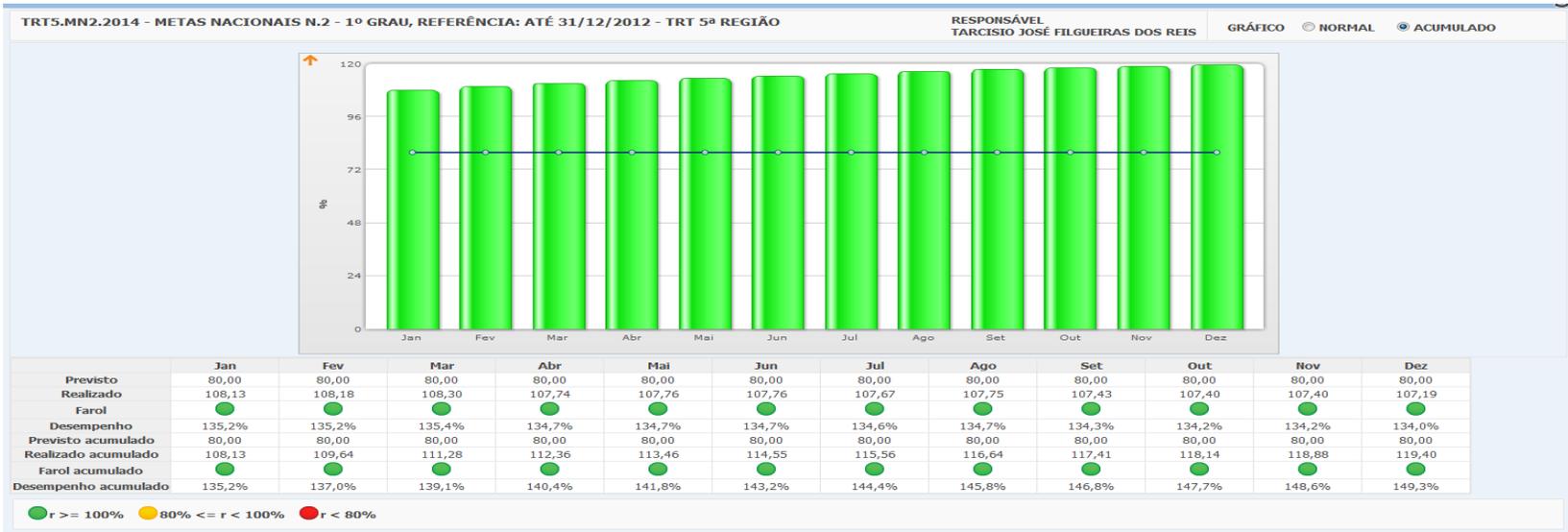
GRÁFICOS - EVOLUÇÃO DAS METAS 2014

META01-Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014

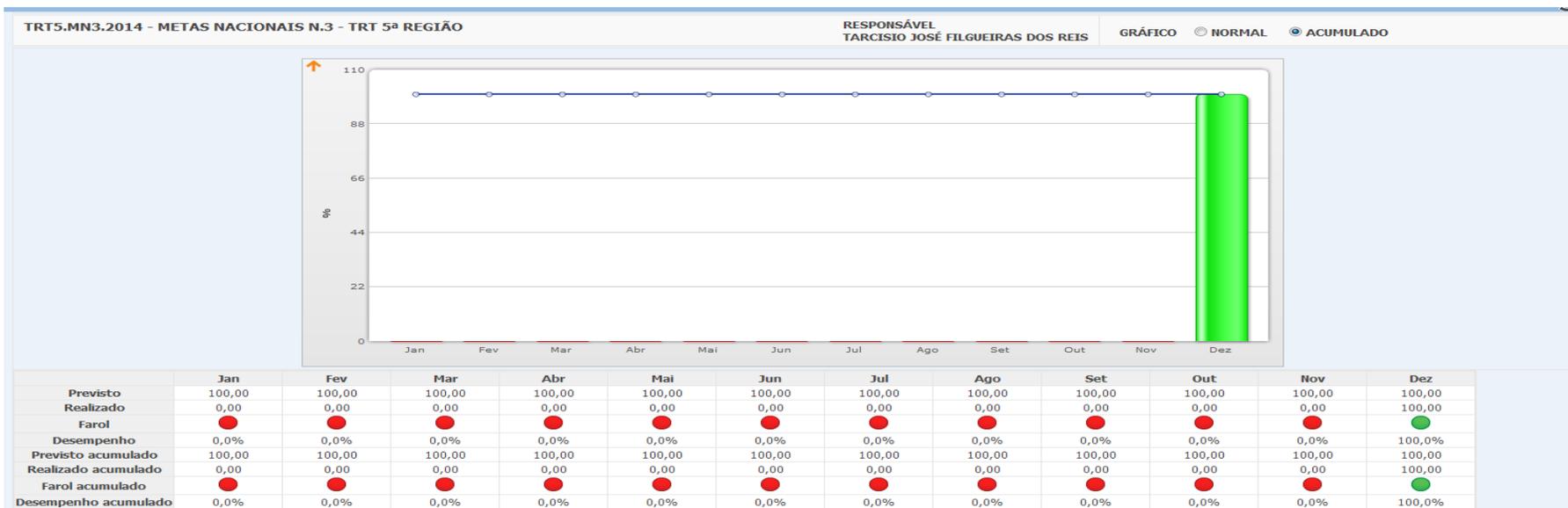


META02- Julgar, até 31/12/2014, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012





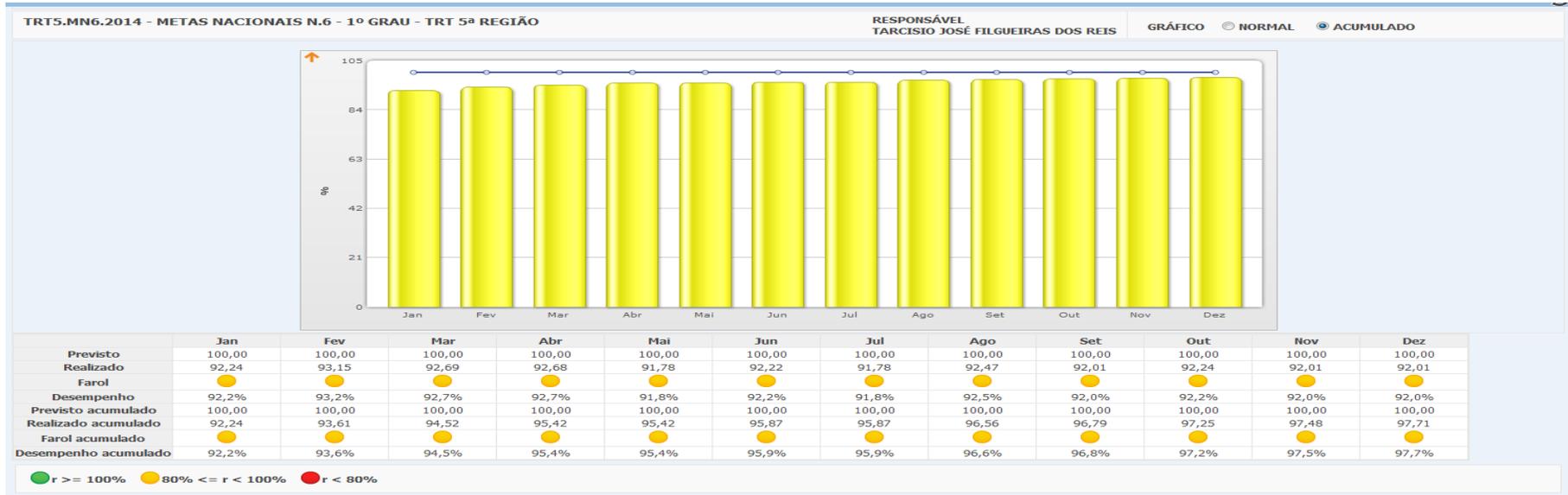
META03 - Estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.



META 05 -Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença.



META 06 -Julgar, até 31/12/2014, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no 1º Grau e até 31/12/2012, no 2º Grau



MENSAGENS DE CUMPRIMENTO DE METAS GERAIS PARA 2014

Meta 2 - Julgar, até 31/12/2014, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012, na Justiça do Trabalho.

Meta 3 - Estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.

Meta 5 - Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho.

Aviso importante ✕



Prezado(a) usuário, o Conselho Nacional de Justiça parabeniza o *Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região* pelo **cumprimento total** da META 2 de 2014. O percentual de cumprimento é de **109,30%**. Atenção para cadastros/alterações de dados no sistema.

Aviso importante ✕



Prezado(a) usuário, o Conselho Nacional de Justiça parabeniza o *Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região* pelo **cumprimento total** da META 2 de 2014. O percentual de cumprimento é de **119,95%**. Atenção para cadastros/alterações de dados no sistema.

Aviso importante ✕



Prezado(a) usuário, o Conselho Nacional de Justiça parabeniza o *Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região* pelo **cumprimento total** da META 3 de 2014. O percentual de cumprimento é de **100,00%**. Atenção para cadastros/alterações de dados no sistema.

Aviso importante ✕



Prezado(a) usuário, o Conselho Nacional de Justiça parabeniza o *Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região* pelo **cumprimento total** da META 5 de 2014. A redução da execução **não fiscal** é de **8,45%** e a da execução **fiscal** é de **10,07%**. Atenção para cadastros/alterações de dados no sistema.